



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

**GABRIELA DE GARDÊNIA OLIVEIRA MENDONÇA**

**O SERVIÇO SOCIAL SAINDO DAS COXIAS E ATUANDO EM CENAS  
REFLEXIVAS SOBRE A LEI MARIA DA PENHA JUNTO ÀS MULHERES  
ASSISTIDAS PELO GEDEM/MP-BA.**

Salvador  
2017

**GABRIELA DE GARDÊNIA OLIVEIRA MENDONÇA**

**O SERVIÇO SOCIAL SAINDO DAS COXIAS E ATUANDO EM CENAS  
REFLEXIVAS SOBRE A LEI MARIA DA PENHA JUNTO ÀS MULHERES  
ASSISTIDAS PELO GEDEM/MP-BA.**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Márcia SantanaTavares.

Salvador  
2017

**Trabalho de conclusão do curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia.**

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Nota: \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora**

**Márcia Santana Tavares- Orientadora \_\_\_\_\_**  
**Prof. Adjunta do Curso de Serviço Social - Doutora em Serviço Social pela –**

**Ermildes Lima da Silva- \_\_\_\_\_**  
**Prof. Substituta do Curso de Serviço Social – Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo pela – UFBA**

**Doranei Alves de Jesus- \_\_\_\_\_**  
**Prof. – Assistente Social – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo**

## AGRADECIMENTOS

Nesta fase, ao analisar a minha vida, sinto que nasci água; tão pequenina na cascata, fui num longo percurso até me tornar esta linda e imensa cachoeira. Ao dia, duas flores encantam o meu jardim me dando o sentido de viver: minha mãe e minha irmã; à tarde, recebo a alegria contagiante das abelhinhas que transbordam o mel quando tudo parece amargar: Nana, Dedê, Lay, Bia, Mari, Bela, Rai, Carolzinha, Mai e Indy, as melhores amigas que eu poderia ter.

Quando tudo parece vazio, eis que chega um preenchimento de amor me dando a certeza que eu não estou só: meu pai Orlando, meu padrinho, minhas tias Bel, Leninha, meu irmão Pão e toda família Oliveira e Mendonça.

Por alguns momentos de felicidade e companheirismo: Vinicius.

No medo, na indecisão e na coragem, foram vocês que orientaram o meu caminho para que eu conseguisse chegar até aqui: a Cia de Teatro Metamorfose; toda a equipe do GEDEM; o meu Colégio Ypiranga; as amigadas maravilhosas que construí na UFBA como a de Poli e Helô; minhas professoras da UFBA: Márcia Tavares, Ermildes Lima e Josi Delgado; o Paraíso das Trufas; a Brigada Marighella e a as pessoas que passaram por minha vida deixando alguma sementinha de bons frutos.

Quando vou dormir, duas estrelas lá no céu recebem o brilho da lua para iluminar o meu caminho: Avôhai, meu avô e meu pai.

E, por fim, carrego como amuleto de reflexão a frase que marcou o início do ano de 2017, do cantor por quem eu tenho um apreço imenso. Gil, é com você: “Não me iludo, tudo permanecerá do jeito que tem sido; transcorrendo, transformando, tempo e espaço navegando todos os sentidos. Tempo Rei”.

Obrigada à todas e todos. Deu tudo certo!

**“Cresça, independente do que aconteça.”**

**Natiruts <sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Música “Quero ser feliz também”

## RESUMO

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de analisar o campo de estágio no âmbito jurídico do GEDEM-MP/BA, tendo a Lei Maria da Penha como objeto de intervenção profissional. Com uma discussão acerca da violência doméstica, traz o teatro como caminho para repensar as práticas operativas da instrumentalidade do Serviço Social. Foi realizada uma pesquisa de campo com as assistidas vinculadas ao respectivo GEDEM. O estudo apresenta como uma das suas conclusões, o elemento da superação de conflitos existentes na vida da mulher em situação de violência a partir do compromisso com o Código de Ética Profissional de assistente social e, comprova a importância do teatro como um meio instrumental a ser utilizado pelo serviço social na abordagem de mulheres em situação de violência.

**Palavras- chave:** Violência doméstica. Instrumentalidades do Serviço Social. Teatro

## **ABSTRACT**

This work was elaborated with the objective of analyzing the legal internship field of GEDEM-MP/BA, with Maria da Penha law as object of professional intervention. Considering the discussion on domestic violence, this work brings theater as a tool to rethink the operative tools of the instrumentality of social service. A field research was conducted with women associated with GEDEM and one of the conclusions we came to with the study concerns the practice of the social worker. It is possible, evidence shows, to obtain substantial results with helping women in violent situation following the professional ethic code and, proves the importance of the theater as an instrumental way to be used by social service in the approach of women in violence situation.

**Key-words:** Domestic violence. Social service instrumentality. Theater

## SUMÁRIO

<b>I. INTRODUÇÃO: CORTINAS ABERTAS</b> .....	12
<b>2. ATO UM: A RAIZ DA VIOLÊNCIA</b> .....	14
2.1. VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER.....	14
2.2. O FEMINISMO E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA.....	18
2.3. OS AVANÇOS DAS LUTAS DE MULHERES E A LEI MARIA DA PENHA.....	24
2.4. O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO DENTRO DO ESPAÇO DE GÊNERO.....	28
<b>3. ATO DOIS: UM NOVO FIGURINO PARA A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL</b> .....	32
3.1. O PROJETO ÉTICO POLÍTICO.....	34
3.2. OS INSTRUMENTOS PROFISSIONAIS.....	37
3.3. POR QUE O SERVIÇO SOCIAL USA O TEATRO COMO FIGURINO?.....	41
<b>4. ATO TRÊS: A CENA REFLEXIVA DO SERVIÇO SOCIAL NO PALCO COM A MULHER DO FIM DO MUNDO</b> .....	46
4.1. O ESTÁGIO NO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL EM DEFESA DA MULHER GEDEM.....	47
4.2. NA CHUVA DE CONFETES DEIXO A MINHA DOR.....	51
4.3. QUEBRANDO A QUARTA PAREDE DO ESPETÁCULO: DIÁLOGO DA ESTAGIÁRIA COM AS ASSISTIDAS- ANÁLISES QUALITATIVAS.....	54
4.3.1. APRESENTAÇÃO DO ELENCO.....	55
<b>V. FECHANDO AS CORTINAS: APONTAMENTOS CONCLUSIVOS</b> .....	63
<b>VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	66
<b>ANEXOS</b> .....	70



## **I. INTRODUÇÃO: CORTINAS ABERTAS**

O interesse pelo tema se deu a partir da experiência de estágio supervisionado no Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher e da População LGBT – GEDEM do Ministério Público do Estado da Bahia, dentro da área dos direitos humanos, mais especificamente, na Política Pública para o enfrentamento à violência doméstica e familiar e por conta de um interesse pretérito na arte cênica.

Em decorrência das análises dos atendimentos com as mulheres assistidas do GEDEM, foi possível perceber como seria importante trazer para a instrumentalidade do Serviço Social uma nova roupagem que lhe permitisse decifrar as expressões da questão social buscando meios para amenizar os conflitos da mulher em situação de violência doméstica.

A princípio, será discutido a temática da violência doméstica e familiar como um fenômeno histórico, tecendo um breve relato sobre a violência de gênero, o surgimento do feminismo no Brasil, avanços nas Políticas Públicas de proteção à mulher como a criação da Lei Maria da Penha e explicação de como se deu o aprofundamento das questões de gênero dentro do Serviço Social.

Dando prosseguimento, diante de novas leituras da realidade, exigindo cada vez mais maneiras alternativas na intervenção que respondam aos anseios do público que procura o Serviço Social, será feita uma análise Código de Ética profissional, da instrumentalidade profissional a partir do movimento que configurou num viés crítico a profissão e da importância do teatro como um elemento central da cidadania fundamentada no art 3º da Lei Maria da Penha bem como no Art. 23º, inciso V e o 215º da Constituição Federal.

No que concerne às especificidades do teatro, considera-se um veículo importante para discutir temas às vezes complexos e difíceis de ser viabilizados de uma forma leve, pedagógica e não só para entretenimento.

Nesta medida, este estudo tem como finalidade analisar como a utilização da arte cênica nas oficinas de Teatro implementadas na disciplina curricular acadêmica, intitulada Estágio Supervisionado II. Assim será possível uma contribuição para questionamentos e alternativas a partir de uma reflexão sobre as várias formas de violência contra a mulher no seio familiar, fomentando, pelo teatro, um instrumento que traz a necessidade de criar um espaço de expressão livre de fala para uma melhor compreensão do fenômeno da violência que cada mulher vivenciou e/ou vivencia.

Para a realização deste estudo, utilizou-se a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, a partir da técnica da história oral. A pesquisa de campo foi realizada na instituição, com a criação das oficinas, depois foi realizada entrevistas com as assistidas. Tais caminhos permitiram reflexões a partir das falas das mulheres entrevistadas galgando em críticas.

## **2 – ATO UM: A RAIZ DA VIOLÊNCIA**

Este capítulo tem por objetivo discutir historicamente o fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher. Para tanto, no primeiro ato, faço um relato breve sobre a violência de gênero, em que discorrerei sobre o que é, como se deu e ainda hoje é exercida a função social do homem e da mulher numa sociedade pautada pela divisão sexual do trabalho e aprofundada na questão racial e no capitalismo.

Num momento posterior, será explicado como brotou o movimento feminista no Brasil, restrito a um grupo de mulheres brancas e o porquê de surgirem diversas vertentes deste movimento, modificando a importância da luta e agregando pautas não questionadas no passado.

Ao discorrer sobre a violência de gênero e o feminismo, enfatizarei alguns avanços nas Políticas Públicas de proteção à mulher como a criação da Lei Maria da Penha, instrumento legal da Justiça brasileira que trouxe proteção, coibição e punição à violência doméstica e familiar com as medidas protetivas de urgência, a fim de resguardar a vida da vítima e de pessoas próximas da sua relação.

Por fim, vejo a necessidade de fomentar o discurso por um viés dentro do Serviço Social, profissão majoritariamente feminina, mas que ainda precisa fazer um melhor aprofundamento das questões de gênero para evitar em seu cotidiano a reprodução do machismo.

## 2.1 - VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER

Os estudos de gênero começaram com homens da área da Psicanálise no século XIX, passando pela área da biologia, a área das Ciências Sociais dando destaques diferentes à ótica a questão das relações desiguais entre homens e mulheres. Com o advento do feminismo, já no século XX, tais conhecimentos, a partir

da inserção feminina nestes espaços, trouxeram reflexões críticas a respeito de como a humanidade concebe e reproduz socialmente seus saberes e atividades, distribuindo-os a partir do sexo e impondo padrões comportamentais.

O significado de gênero como categoria analítica difere os papéis sociais que os sexos desempenham na sociedade, condicionando a cada um a forma de ser e agir. Construído como um elemento de poder na sociedade que direciona o domínio do homem sobre a mulher, as relações sociais a partir de um modo de produção, especificamente a capitalista<sup>2</sup> e na diferenciação étnica/racial, reforçam a violência de gênero, aprofundando as desigualdades sob a forma de diversas opressões, desde a força física à violação de liberdade, abandono parental, humilhação, chantagens, traumas psicológicos, entre outros danos graves em que as causas/efeitos produzem situações desastrosas.

Quando se fala em gênero, é preciso entender sua diferença no que concerne ao sexo. Saleh e Souza explicam as distintas análises dessas duas categorias: “cada pessoa nasce com um sexo geneticamente definido. Porém, a denominação gênero vai além das características genéticas, abrangendo a bagagem sociocultural, política e histórica de cada indivíduo”. (SALEH; SOUZA, 2012, p. 357). Ou seja, o fator homem e mulher estão ligados àquilo que a sociedade acredita e diz ser pertencente a cada um, o que não tem nada a ver com o corpo, embora a noção de gênero fixe em cada corpo esses atributos.

Essas diferenças são categorizadas de forma errônea, atribuindo a cada sexo determinados papéis sociais. Isto significa dizer que no sexo a diferença está centrada

---

<sup>2</sup> Sociedade capitalista, na visão crítica de Karl Marx e Engels, diz respeito a um modo de produção econômico de exploração de um ser humano sobre o outro. Os autores se baseiam no materialismo histórico-dialético, cuja observação da existência se dá a partir dos fatos que são econômicos e técnicos e, de acordo com esse entendimento, a história de toda a sociedade está imersa em lutas de classe antagônicas e só os fatores políticos e sociais são capazes de gerar mudanças. Consultar Marx e Engels, em *O Capital* (2012).

no biológico, que denomina o masculino e o feminino, enquanto no gênero são os papéis sociais que tais sexos exercem no meio em que vivem que geram a diferença e imprimem uma desigualdade de gênero.

Complementando este raciocínio, Macedo e Sardenberg apontam que:

Mais importante, porém, é o fato de que, pensadas como diferenças biológicas e, portanto, como 'naturais', as diferenças entre os sexos têm servido de pretexto para se edificar e legitimar relações desiguais entre homens e mulheres, historicamente caracterizadas por uma situação de subordinação das mulheres. Por certo, isso não acontece só na nossa sociedade. Muito ao contrário. Quando se compara as noções sobre homens e mulheres numa perspectiva transcultural, observa-se que a tendência a tomar as diferenças estéticas entre os sexos e suas diferentes funções na reprodução da espécie como base para a diferenciação social de papéis, manifesta-se como fenômeno de âmbito universal. Invariavelmente, em todas as sociedades sobre as quais se tem notícia, 'masculino' e 'feminino' figuram como categorias e/ou domínios opostos, a partir dos quais se organiza e legitima uma divisão social/sexual do trabalho (MACEDO, SARDENBERG, 2008, p. 1).

É assim que se dá a naturalização da opressão, intensificada outrora por doutrinas religiosas e por uma sociedade estruturada em classes, tendo como resultado a violência contra a mulher em vários espaços sociais, bem como dentro do seu próprio lar, pois se acredita que existem dois universos distintos, um feminino e outro masculino e, que a mulher é um ser que nasceu para ser subordinado e dominado pelo homem, tornando-se algo inquestionável já que é divino e natural. Esses aspectos de discriminação e submissão ocorrem também em diferentes esferas, como por exemplo, nas atividades produtivas, nas fábricas, no recebimento de salários inferiores, mesmo exercendo funções iguais aos dos homens, na família, sendo a mulher vista como a responsável pelos afazeres domésticos, com uma extensa jornada de trabalho, seguindo da mesma forma na educação, uma vez que no passado não cabia à mulher ter o direito de frequentar a escola.

Lisboa (2014) nos aponta que:

Para desconstruir essa estrutura simbólica de poder e dominação dos homens sobre as mulheres repassada durante séculos através das instituições, os estudos feministas nos convidam a adotar uma 'perspectiva de gênero' em nossas formas de pensar e agir, nos processos de intervenção profissional, partindo de uma concepção crítica da 'visão androcêntrica' da humanidade, que acabou por excluir metade do gênero humano dos espaços sociopolíticos. A perspectiva de gênero propõe lançar um novo olhar sobre a realidade a partir das mulheres e com as mulheres revolucionando a ordem dos poderes. Centra-se no reconhecimento da diversidade de gênero que implica a reconstrução de uma humanidade diversa e democrática (LISBOA, 2014, p. 43).

Diante desta explicação, o próximo passo será traçar o que é o feminismo, entendendo que esta dimensão política de práxis se volta para a compreensão dos saberes humanamente construídos, com um olhar que reconsidera a condição social da mulher e do homem, apontando para um diálogo interdisciplinar e prático e não mais considerando o que nos foi imposto há séculos para explicar, ou melhor, fantasiar a nossa condição de vida.

As explicações sobre as propostas do feminismo vão ser consideradas para buscar uma linha de luta calcada em diligenciar estratégias que combatam o fim da violência, e no caso específico deste trabalho, através da instrumentalidade do teatro, no fazer profissional da/o assistente social.

Vale ressaltar que há vários aparatos teóricos e metodológicos referenciados ao gênero em um campo interdisciplinar ligado à identidade de gênero e à performance de gênero. Isto quer dizer que, há estudos sobre a mulher (compondo o arcabouço do feminismo, poder, política e sexualidade), bem como sobre os homens as teorias *queer*<sup>3</sup> etc. Porém, é importante destacar que este trabalho pretende de

---

<sup>3</sup> Os estudos *queer* contestam a heteronormatividade, isto é, as normas sociais calcadas na

uma maneira sucinta trazer conceitos específicos, estando ciente que não poderei abarcar todas as produções literárias, tanto de gênero quanto de feminismo.

## 2.2- O FEMINISMO E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA

O feminismo é um vasto movimento social com correntes políticas, ideológicas e culturais que lutam por um mundo mais justo pautado na equidade, em melhores condições de vida que agreguem os direitos e autonomia das mulheres. Suas bandeiras de luta se direcionam contra a violência doméstica, de gênero, pelos direitos sexuais reprodutivos, contra o abuso e exploração sexual, discriminação, assédio moral e sexual, a questão identitária ligada à orientação sexual, à raça entre outras que convergem em estudos teóricos e, muitas vezes, na formulação de políticas públicas de cunho reformista para a mudança da sociedade a partir de uma perspectiva de gênero.

Fazendo uma pontuação, tal escrita irá analisar o feminismo dentro da realidade brasileira, contudo, sabe-se que é um movimento que não está isolado da realidade mundial, pois foi influenciado por outros países que tiveram suas histórias travadas por lutas sociais a favor da liberdade e democracia.

O entendimento acerca do feminismo, especificamente no Brasil, influenciado pelos países da Europa e Estados Unidos que também fizeram parte deste contexto de luta das mulheres, é direcionado por três fases, sendo a primeira representada pelo movimento das sufragistas, que ocorreu no século XX, em 1930, conquistando o direito ao voto para as mulheres.

Lima completa:

Com o advento da modernidade surgiram movimentos que

---

heterossexualidade compulsória. Para melhor entendimento, consultar Judith Butler (1993).

possibilitaram o questionamento e a queda de preconceitos históricos contra as mulheres. Contudo, a modernidade também se estruturou alicerçada no pensamento cristão, o que estabeleceu a permanência de inúmeras contradições em seu interior. Deste modo, o movimento feminista surgiu na modernidade e ganhou proporções mundiais, lutando por sufrágio universal e posteriormente — no século XX — ampliando sua luta. (LIMA, 2014, p. 50)

Após a conquista do voto há uma desmobilização e o movimento ganha força e visibilidade nos anos 1960 a qual se inicia a segunda fase com efervescência política travada por uma conjuntura de usurpação dos direitos civis e avanço do capitalismo.

Pinto traz a seguinte contribuição:

No Brasil, a década de 1960 teve uma dinâmica diversa em relação ao resto do mundo. O país, nos primeiros anos da década, teve grande efervescência: a música revolucionava-se com a Bossa Nova, Jânio Quadros, após uma vitória avassaladora, renunciava, Jango chegava ao poder, aceitando o parlamentarismo, a fim de evitar um golpe de estado. O ano de 1963 foi de radicalizações: de um lado, a esquerda partidária, os estudantes e o próprio governo; de outro, os militares, o governo norte-americano e uma classe média assustada. Em 1964, veio o golpe militar, relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria, no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, por meio do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que transformava o Presidente da República em um ditador (PINTO, 2010, p. 16).

Foi neste ambiente que apareceram outros sinais das feministas no país, sob a égide da repressão, da redução da liberdade civil, censuras, perseguições a movimentos políticos, estudantis e sociais que as mulheres resistiram através de movimentos de oposição, sob a influência do movimento feminista internacional.

Na década citada acima, Costa (2004, p. 2) destaca que veio à tona a ideia de que “o pessoal é político”, que emerge a partir de um questionamento em torno das situações tidas como privadas, tratadas isoladamente, sem a responsabilidade do público, compreendendo-se este último como o jogo político influenciado à época por



pensamentos liberais baseado em ideologias individualistas, que dissociava tudo que fosse relacionado à economia e política da vida privada. Por exemplo, a vida doméstica, as opressões e violências sexuais, teriam que ser resolvidas dentro do lar, mas com o “pessoal é político” foi rompida essa dicotomia público-privado. Ou seja, se uma mulher fosse vítima de um estupro dentro do casamento, o movimento defendia que tais ocorrências interferiam no público, já que este era entendido como aquilo que se relacionava ao político, isto é, o político consistia em um espaço de decisões, o que sinalizava a necessidade de se falar sobre o que é um direito a vida livre de opressão e o dever da punição sobre as violências.

Dias (s/d) analisa de forma sucinta a condição da mulher no código civil brasileiro e, explica como era, como é e deveria ser este instrumento,

O primeiro grande marco para romper a hegemonia masculina foi em 1962, quando da edição da Lei 6.121. O chamado Estatuto da Mulher Casada, devolveu a plena capacidade à mulher, que passou à condição de colaboradora na administração da sociedade conjugal. Mesmo tendo sido deixado para a mulher a guarda dos filhos menores, sua posição ainda era subalterna. Foi dispensada a necessidade da autorização marital para o trabalho e instituído o que se chamou de bens reservados, que se constituía do patrimônio adquirido pela esposa com o produto de seu trabalho. Esses bens não respondiam pelas dívidas do marido, ainda que presumivelmente contraídas em benefício da família. (DIAS, s/d, p. 1-2)

As mulheres organizadas puderam, em 1975, participar de uma semana de debate intitulada “o papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, por conta da I Conferência Internacional da Mulher, no México, sob a coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU), refletindo sobre quais eram as suas funções na sociedade. De acordo com Dias (s/d), o passo seguinte foi a Lei do Divórcio, aprovada em 1977, que trouxe avanços quanto a um novo modelo de constituição pós casamento.

Com a chegada dos anos 1980, tem início a terceira fase do feminismo, diante de mudanças tanto no que concerne à economia como à política, sob a ascensão do neoliberalismo<sup>4</sup>. Houve a criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em 1983, com o objetivo de realizar queixa crime contra a violência física e sexual com uma atenção diferenciada das delegacias comuns. Em 1985, foi criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CDNM). Em 1986, o Brasil vivenciou a convocação de uma Assembleia Constituinte, na qual foi debatida durante um ano e meio a nova Carta Constitucional brasileira, promulgada em 1988 e, cunhada como Constituição Cidadã, que rompe com o regime ditatorial e reafirma a chegada do Estado Democrático de Direito.

Este momento foi consagrado pelas lutas populares e pelo pluralismo, trazendo como características: a democracia; a separação dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário); eleição direta; voto obrigatório para pessoas de 18 a 70 anos, sendo facultativo a analfabetos/as, jovens entre 16 a 18 anos e pessoas com mais de 70; fim da censura; garantia de direito à greve; liberdade sindical; nacionalismo econômico entre outras demandas. O grande destaque foi o reconhecimento da igualdade de todas e todos perante a lei (art. 5º CF/88), onde os direitos e deveres são exercidos igualmente sem distinção de gênero, raça e etnia. Consoante o entendimento do que é público, foi através da Constituição Cidadã de 1988, que passou a existir um marco legal de proteção à vida das mulheres, promovendo a defesa dos direitos igualitários entre homens e mulheres.

Nesse momento, o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CDNM) teve um importante papel na conquista de uma gama de direitos para as mulheres.

Costa coloca que:

No período da Assembléia Nacional Constituinte, conjuntamente com o movimento feminista autônomo e outras organizações do movimento de mulheres de todo o país, o

---

<sup>4</sup> Modelo de economia que minimiza o papel do Estado, de acordo com Braz e Netto (2012).

CNDM conduziu a campanha nacional 'Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher' com o objetivo de articular as demandas das mulheres. Foram realizados eventos em todo o país e posteriormente as propostas regionais foram sistematizadas em um encontro nacional com a participação de duas mil mulheres. Estas demandas foram apresentadas à sociedade civil e aos constituintes através da Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte (COSTA, 2010, p. 7).

Além disto, o movimento feminista se proliferou para vários espaços, como dentro das universidades com grupos de estudos, em jornais, nas Igrejas Católicas levando ideais progressistas, nos conselhos, sindicatos, movimentos sociais ligados à educação, saúde, bem como movimentos comunitários, urbanos, do campo e, na vida política, ocupando espaços em partidos e nas lutas que contestavam várias formas de opressão e reivindicavam a redemocratização do país. Todavia, como era um movimento encabeçado por mulheres brancas, heterossexuais e burguesas, as necessidades de outras mulheres, a partir de suas realidades, não estavam sendo atendidas de forma geral. Assim, houve uma expansão do feminismo em diretrizes e correntes, cujas protagonistas desses espaços puderam perceber que para além da identidade social que as unia enquanto mulheres, existiam outras unidades que as diferenciavam, tais como: a orientação sexual, a classe social, a cultura, a raça/etnia e até mesmo as correntes políticas que cada uma defendia.

O caminho percorrido desde o *boom* das lutas travadas pelo movimento de mulheres em suas várias correntes ideológicas, proporcionaram mudanças a nível público e privado no nosso país. Neste contexto, buscou-se traçar as formas de violência que as mulheres sofrem cotidianamente, pontuando as diferenças nas suas diversas expressões. É possível, assim, constatar que, a lógica do pensamento feminista é plural, e que há feminismos que abraçam correntes ideológicas distintas, que visem trazer um olhar crítico a respeito da sociedade por meio de concepções que mudem a estrutura de desigualdade imposta pelo machismo, patriarcado,

sexismo, lgbtfobia.

É por isso que após 30 anos de movimento, hoje podemos nos referir a feminismos diante da ampliação e rearticulação, pois não é que as pautas cresceram, é que há entendimentos que se aprofundam e atentam para a interseccionalidade<sup>5</sup> entre diferentes marcadores sociais, movimento LGBT, mulher e religião, mulher e política, saúde da mulher, mulher e estudos universitários, mulheres e as artes.

Gonçalves e Pinto (2011) ao escreverem sobre a “transmissão” dentro do feminismo brasileiro acerca da questão intergeracional, trazem um arcabouço histórico de como se deu a gênese deste movimento e, hoje, pela inserção de novas diretrizes e correntes, com uma juventude a todo vapor, refletem como produzir criticamente e atuar sem deixar que as diferenças etárias interfiram neste momento.

Essa dimensão do feminismo, que podemos assinalar como ‘geracional’ tem sido provocada no interior do movimento pela intervenção de alguns seguimentos jovens que reivindicam voz e presença no espaço construído [pois], as relações intergeracionais do ponto de vista das continuidades e descontinuidades de um movimento – sua crises, avanços e superações – permite compreender as subjetividades em um campo de ação [...] permanentemente construídas (GONÇALVES; PINTO, 2011, p. 28-37).

Por tal, é preciso refletir sobre esta temática e estar atenta/o aos estudos de gênero e do feminismo, pois estes nos dão suporte teórico e prático no que concerne aos fenômenos da violência e os direitos das mulheres, para que assim não exista reprodução de opressões. Com isso, seguiremos em outros avanços conquistados pelas mulheres inseridas nos movimentos feminista, políticos e os demais de cunho social, que mudaram e ainda lutam para equidade de gênero.

---

<sup>5</sup> Segundo Lisboa (2014), compreende-se interseccionalidade como uma articulação entre as categorias distintas como o gênero, a raça e classe a fim de construir novos conhecimentos pautados em uma nova releitura de sociedade que atenda as demandas de todo este conjunto.

### 2.3- OS AVANÇOS DAS LUTAS DE MULHERES E A LEI MARIA DA PENHA

No início do século XXI, no ano de 2002, finalmente foi revogada a possibilidade de anulação do casório caso a esposa, se comprovado, não fosse mais virgem. Passados os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, em 2003, ao chegar ao poder, Luiz Inácio Lula da Silva, promulga uma série de mudanças a nível nacional relativas às pautas trazidas pelas feministas, a exemplo da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), com status de Ministério e orçamento próprio, que tinha como objetivo promover a articulação, implementação, fiscalização e atuação de políticas para as mulheres de cunho preventivo e repressivo, tendo em vista a erradicação da violência.

Em 2005, o termo cunhado dentro da Legislação brasileira, “mulher honesta” é retirado, resguardando assim a mulher de todas as terminologias discriminatórias, a sua liberdade sexual e integridade física. Porém, tal intenção “do legislador de sepultar as regras jurídicas que já não mais existiam, no entanto, não foi de todo feliz, pois alguns dispositivos que denotam tratamento discriminatório ainda se encontram na nova lei” (DIAS, s/d, p. 4) e, uma política voltada ao combate à violência contra a mulher só vai surgir no ano de 2006, com a Lei 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha.

A Lei leva o nome de uma mulher que sofreu graves sequelas por conta das agressões perpetradas pelo seu ex companheiro, que a deixaram paraplégica após duas tentativas de assassinato. Esta mulher tentou por mais de quinze anos uma resposta sobre seu caso, sem que a Justiça brasileira tomasse uma decisão. Através da ajuda de ONGs, Maria da Penha levou o caso para a Comissão Internacional de Direitos Humanos - OEA - tendo, pela primeira vez, o acato de denúncia de violência doméstica, resultando na prisão do ex marido por dois anos, ao mesmo tempo em que

a OEA condenou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Por isso, uma das medidas de punição foi a criação de uma legislação adequada para coibir e punir os casos de violência doméstica (BANDEIRA, 2014; LISBOA, 2014; PASINATO, 2008).

Assim sendo, a Lei 11.340 entrou em vigor em todo o território nacional em 2006 e, levou o nome dessa mulher como símbolo de luta e resistência. Neste sentido, a violência doméstica, é apreciada como violência de gênero pois faz parte dessa relação de poder estruturada na nossa sociedade sexista, machista e opressora.

Saleh e Souza (2012) ratificam:

Antes da edição da Lei Maria da Penha, alguns delitos cometidos mediante violência doméstica, eram tidos como crimes de menor potencial ofensivo e por isso tramitavam perante os Juizados Especiais Criminais. A Lei Maria da Penha proibiu expressamente que tais crimes fossem considerados como delitos de menor potencial ofensivo. Foi além, ao criar os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) e, ainda, determinou que enquanto não fossem criados tais juizados, caberia às Varas Criminais cumular competência criminal e civil na apreciação das medidas protetivas de natureza civil. (SALEH; SOUZA, 2012, p. 366)

A violência doméstica se trata de qualquer ato elencado no art. 7º da referida lei como qualquer ação ou omissão praticada contra a mulher tendo um vínculo de natureza familiar. As violências mencionadas na lei são as seguintes: física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral. Para poder ser caracterizada como violência doméstica, a agressão pode ocorrer tanto na unidade familiar (em razão de qualquer laço de afeto, sanguíneo ou não) como dentro do lar, basta que a pessoa acusada conviva ou tenha convivido com a ofendida independente de coabitação. Também independente da orientação sexual ou identidade de gênero, a mulher pode e deve ser amparada por esta Lei.

Na mesma linha, Saleh e Souza ainda apontam que:

Com o intuito de coibir e tentar prevenir as agressões sofridas pelas mulheres no âmbito doméstico, a Lei Maria da Penha inovou, mais uma vez, ao estabelecer algumas medidas denominadas “medidas protetivas de urgência”, com o fito de proteger não apenas as vítimas, mas também seus filhos. [...] Desta forma, são consideradas medidas protetivas de natureza civil as medidas protetivas de afastamento do lar, suspensão/restrição dos direitos de visita, prestação de alimentos provisórios/provisionais e separação de corpos. (SALEH; SOUZA, 2012, p. 365).

A rede de proteção à Mulher vai desde o Ministério Público, Defensoria, Varas Especializadas, Casas Abrigos até os Centros de Referência. Também é importante destacar a criação do DISQUE 180 e DISQUE 100 Direitos Humanos. Pelo anonimato e com profissionais capacitados para atender a este público, através de uma triagem com coletas de informações pontuais e necessárias, a vítima é orientada a procurar a Rede de Proteção da sua região para demandar ações de cunho jurídico para a resguardar a sua vida. Este atendimento é enviado ao Ministério Público que passa a representar a mulher e diligencia as medidas cabíveis.

Outro ponto importante a ser destacado é que a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei do Feminicídio, 13.104/2015, que apura os casos de violência sofrida pela mulher com base no gênero, mais precisamente, quando o crime é cometido contra a mulher em virtude da sua condição de sexo feminino

É importante ressaltar que a maioria das mulheres em situação de violência são negras e da periferia. O último levantamento feito pelo Mapa da Violência de 2015 aponta que as mulheres brancas e de classe social elevada e que tiveram acesso a uma educação de qualidade, apresentam índices menores de violência. Isto não quer dizer que seria importante igualar os conflitos, muito pelo contrário, o objetivo é que não mais exista violência, mas neste caso específico de análise a partir de um marcador social e racial, a realidade das mulheres negras, periféricas, com baixo nível

de instrução e sem renda, implica dizer que, pela falta de autonomia financeira (muitas permanecem em relacionamento abusivo por conta da dependência econômica), as mesmas não conseguem galgar outros espaços.

O cenário atual no país é de redução nos investimentos orçamentários nos programas de proteção à mulher, como o caso da Casa da Mulher Brasileira. Este programa, que seria implantado em todo território nacional, é um espaço destinado ao acolhimento da mulher com a interligação da Rede de Proteção, isto significa dizer que todos os serviços jurídicos desta incumbência criminal e cível, estariam alocados em um único lugar, o que evitaria transtorno, visto que um dos grandes motivos das mulheres desistirem de entrar com uma denúncia contra o agressor é a dificuldade de deslocamento na cidade. Além disto, o atual governo interino de Michel Temer extinguiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres, juntando-a com outros ministérios, o que certamente irá afetar as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres.

É por isto que fica um questionamento: avançamos em criação de Lei e medida protetiva para suprimir a violência doméstica e familiar, mas dentro das instituições que eram para nos defender de mais abusos, atualmente estão regredindo com reformas políticas que só têm a agravar nossas vidas. Então, qual seria a bandeira de luta para levantar em um cenário tão caótico? Pois, é imprescindível que ainda permaneça um compromisso dos governos com a política de proteção à mulher para a garantia de direitos à vida de todas as mulheres nos assuntos de violência doméstica, sexual, assistência, saúde, atendimentos humanizados, combate a todo tipo de discriminação, ampliação das creches nas zonas urbanas e rurais e oportunidade de ensino de educação básica à pós-graduação para que todas se fortaleçam e passem a ocupar vários espaços.

#### 2.4- O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO DENTRO DO ESPAÇO DE GÊNERO.



O Serviço Social surgiu no século XIX na Europa, vindo para o Brasil a partir dos anos de 1930, no auge da revolução industrial para amenizar os conflitos existentes entre a classe trabalhadora e a burguesia. À época, o desenvolvimento de uma nova fase do capitalismo, a partir da acumulação da riqueza socialmente produzida pela força de trabalho do proletariado indo para as mãos da burguesia, os conflitos sociais desencadeiam revoltas que passam a ser a preocupação central do Estado diante das inúmeras expressões de pobreza, o que Iamamoto (1989) vai chamar de “guerra civil” travada entre essas duas classes antagônicas, visto que os donos dos meios de produção mais o Estado temiam que ideologias políticas ligadas ao socialismo e comunismo interferissem nas massas, fazendo com que essas pudessem despertar para a negação total da exploração.

Com a saúde precária pela falta de saneamento básico, moradias inadequadas, fábricas com estruturas insalubres e baixo índice de educação, foi preciso uma profissão regulamentada pelo Estado, que atuasse nas Leis Sociais, enfatizando o “momento em que as terríveis condições de existência do proletariado ficam definitivamente retratadas para a sociedade brasileira, por meio de grandes movimentos sociais desencadeados para a conquista de uma cidadania social” (IAMAMOTO, 1982, p. 134).

Eis que surgem as primeiras escolas de Serviço Social ligadas à Igreja Católica, com doutrinas positivistas e base filosófica no neotomismo, fundamentando-se na Doutrina Social da Igreja que adota “os princípios de dignidade da pessoa humana, do bem-comum, entre outros, hauridos em Santo Tomás, [que] iluminaram a teoria e prática”. (AGUIAR, 1995, p. 39).

Ressalta-se que a primeira Escola de Serviço Social, de acordo com Aguiar (1995), foi o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, em São Paulo, a qual teve o seu surgimento com moças do clero, ricas e preocupadas com a realidade social que

as mazelas da pobreza deixavam no mundo, o que segundo Faury (2003), aponta para uma profissão exercida majoritariamente por mulheres, ao que ela denomina de feminilização da profissão e que Delgado e Tavares vão completar:

Tal configuração tem contribuído historicamente para erigir uma imagem gendrada da profissão, ou seja, o Serviço Social é pensado como uma profissão eminentemente feminina, o que reforça uma associação entre o seu exercício e as características ditas femininas, especialmente aquelas relacionadas à vocação para o cuidado e para a ajuda – as quais, a despeito da evolução histórica da profissão, no sentido de superar suas bases mais conservadoras e voluntaristas, pensando o Serviço Social como um trabalho –, têm sido reiteradas nas auto-representações profissionais, bem como nas imagens sociais construídas em torno da profissão (DELGADO; TAVARES, 2016, p. 104).

Com a análise de Netto (1990), as mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais na América Latina forneceram momentos propícios para que houvesse o aprofundamento das esferas de ação e da reflexão sobre o significado social da profissão na sua demanda tanto teórica quanto na atuação. Mas, é no golpe militar e na hegemonia da autocracia burguesa que as/os profissionais começam a fazer uma reflexão do passado a partir de 1960. Tal situação culmina em uma crítica ao Serviço Social tradicional que culpabilizava o indivíduo diante das inúmeras contradições e exercia sua prática na caridade. Esta fase ficou conhecida como o Movimento de Reconceituação, no qual houve novas condições postas para a formação profissional, destacando-se a aproximação do Serviço Social com o marxismo, dentro das Universidades, uma vida política de militância e momentos voltados para repensar a parte teórica, ideológica e suas práticas.

Um ponto que merece destaque também é a corrente ideológica do Código de Ética que, na gênese profissional ainda trazia linhas conservadoras, mas começa a sofrer mudanças significativas com o Movimento de Reconceituação. Em 1993 é aprovado um Projeto Ético Político, mas, é válido salientar que as abordagens sobre

a ética no Serviço Social bem como os aparatos técnico-operativos serão aprofundadas no próximo capítulo.

O que cabe aqui mencionar diz respeito à perspectiva de estudos de gênero, como já trabalhado no início deste capítulo e, que dentro do Serviço Social, por volta dos anos de 1980, começou a se intensificar junto ao Movimento de Reconceituação, com questionamentos sobre as razões de não haver disciplinas na transversalidade com temáticas que tratassem dos assuntos ligados ao gênero nas grades curriculares visto que por ser uma área de conhecimento formada em sua maioria por mulheres, que já faziam parte dos processos de luta política por um viés de esquerda, questionando as opressões, o machismo e o patriarcado e reconhecendo que a mulher é um ser historicamente discriminado, era preciso romper com as barreiras tradicionais que conduziam a profissão.

Assim, coube à antiga ABESS (Associação Brasileira de Escola de Serviço Social), atualmente ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa em Serviço Social), questionar e propor novos modelos de diretrizes curriculares que,

[...] foram muito importantes no estabelecimento de bases para a formação de um novo perfil profissional, conectado com as mudanças societárias e profissionais vivenciadas nas décadas de 1980 e 1990. Nesse sentido, estabeleceram os eixos curriculares para a formação de um profissional crítico, com competência técnica, política e teórica, capaz de decifrar a realidade e seu movimento e construir ações comprometidas eticamente com a classe trabalhadora e seus interesses históricos, bem como com a emancipação política dos grupos sociais oprimidos na sociedade. (DELGADO; TAVARES, 2016, p. 105).

Sob a ótica destas autoras ainda, a questão social – em suas expressões na pobreza, exclusão social etc. –, passa a ser parte do objeto de intervenção profissional consolidando sua importância nos processos de trabalho que, em sua dinâmica, envolve as múltiplas expressões das desigualdades sociais, tem nessa

matéria prima a consolidação da ação (DELGADO; TAVARES, 2016) ou conforme reforça Faury (2003, p. 1): “O Serviço Social, enquanto área de conhecimento e formação profissional, situa-se no conjunto de atividades definidas como práticas de intervenção na realidade social”.

Para atender a esse novo Projeto, além de se aproximar dos estudos fundados na perspectiva do gênero que ocorrem dentro da academia nos anos 1990 (LISBOA, 2014), o Serviço Social se insere na dinâmica da Política de Proteção à Mulher para ajudar na formulação, atuação, gestão, participação e garantir acessibilidade aos direitos sociais à população assistida.

Quando uma mulher que está em situação de violência doméstica e familiar procura alguma unidade de atendimento (na área da saúde, jurídica e/ou assistência), é preciso a compreensão de que em sua bagagem de vida ela pode trazer elementos que a impeçam de reconhecer aquele contexto, seja por vergonha, por não aceitar, “naturalizar”, a dependência emocional e econômica, o medo do julgamento de outras pessoas bem como a falta de coragem por temer algum mal maior à sua vida.

É necessário que a situação apresentada pelas mulheres seja acolhida, qualificada e tratada com respeito e sigilo profissional. Em geral, as mulheres em situação de violência chegam para o atendimento com a subjetividade arrasada; quando se diz: ‘esta mulher foi violentada’, significa que foi agredida na sua mais íntima identidade, naquilo que as constitui como pessoas humanas. As Assistentes Sociais (ou Psicólogas) são as profissionais que fazem a primeira abordagem, acolhem as mulheres, e através de uma ‘escuta social qualificada’ realizam uma entrevista, geralmente, para saber a demanda e preencher o cadastro socioeconômico da usuária.

Como diz Lisboa (2014), é nesta configuração de atendimento que a/o profissional assistente social irá propor estratégias qualificadas e éticas que respondam às reais necessidades do público que está sendo atendido. No tocante à sua instrumentalidade, pode adotar uma nova roupagem, sair da monotonia dos

atendimentos comuns. Compreender a realidade deste fenômeno é uma tarefa crucial ao Serviço Social, visto que por ser uma profissão majoritariamente feminina, que busca em seu Código de Ética a eliminação da violência, faz-se pertinente debruçar sobre a temática para não perpetuar posturas machistas, misóginas e patriarcais.

É com base nessa linha de estudo, que este trabalho se propõe a entender o fenômeno da violência doméstica e familiar e como um/a assistente social formado/a pode atuar a partir de uma nova proposta instrumental. Assim, se propõe, através do teatro, lançar novos olhares ao objeto profissional, de modo a contribuir para a busca de caminhos que emancipem a população assistida.

### **3 – ATO DOIS: UM NOVO FIGURINO PARA A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL**

No capítulo anterior, ao explicar o assunto da violência doméstica e familiar, situei o Serviço Social neste espaço de combate às violações na vida da mulher. Assistentes sociais que atuam, especificamente na Rede de Proteção à Mulher, em qualquer ambiente institucional, seja ele na área de saúde, educação, jurídica etc., após fazerem uma leitura da realidade amparada em teorias sociais, compreendem que, para efetivar a sua prática, terão que se ancorar em princípios que regem o seu Código de Ética.

Na condição posta, o Projeto Ético, em sua base regulamentar à Lei 8662/93, imerso nas formulações das normatividades, trará princípios que versam sobre o que é a profissão, o que pode ou não ser feito, quais são os órgãos fiscalizadores e a afirmação central da defesa intransigente dos direitos sociais através de uma nova ordem societária que contemple os interesses da classe trabalhadora.

Ademais, vão buscar ferramentas técnicas para operacionalizar a sua prática interventiva, objetivando mudanças favoráveis aos direitos humanos. Contudo, as

diversas técnicas utilizadas sofreram modificações diante de novas leituras da realidade, exigindo cada vez mais maneiras alternativas na intervenção que respondam aos anseios do público que procura o Serviço Social.

Para dar comprovação às novas realidades condizentes na instrumentalidade operativa da/o assistente social, será feita uma análise do teatro como um elemento das inúmeras manifestações da cultura a ser utilizado para repensar as expressões da questão social dentro das demandas societárias. Tais expressões, especificamente quanto ao que é trabalhado neste texto desde o início, são vinculadas aos danos físicos, emocionais, sociais, morais, sexuais e patrimoniais que a violência doméstica e familiar causa na vida das mulheres.

Assim sendo, irei partir de uma prévia análise teórica para elencar a comprovação posterior no intitulado ato 3. Sua fundamentação terá como raiz as leituras dentro da área do Serviço Social em outras experiências, bem como o Art. 3º da Lei Maria da Penha e o artigo 23º no inciso V e o 215º da Constituição Federal que versam sobre a importância da cultura como elemento central da cidadania e dever do Estado; valendo-se ressaltar que o teatro é um desses elementos culturais.

### 3.1- O PROJETO ÉTICO POLÍTICO

O Código de Ética representa a base norteadora ética e política normativa aos direitos e deveres de um/a assistente social. Ao longo da trajetória, a categoria foi atualizando as suas normas a partir de um olhar crítico ao posicionamento histórico e social, passando a ter em vista o compromisso com o modelo de uma justa ordem societária.

O Projeto Ético Político foi reconstruído pela categoria a partir dos anos de 1970 e 1980, quando o movimento de ruptura se desvincula das concepções do

conservadorismo dando um novo aparato jurídico a este documento. Em 1986, ao delimitar um novo perfil de atuação, assistentes sociais passam a assumir uma postura de preocupação com os interesses da classe trabalhadora, bem como com a democracia.

O Código de 1986 representa um marco de ruptura ética e ideopolítica do Serviço Social com a perspectiva do neotomismo e também com o funcionalismo, influências tradicionais do Serviço Social até então [...] Mas o Código de 1986 mostrou-se, em certos aspectos, insuficiente do ponto de vista teórico e filosófico e também apresentou fragilidade quanto à sua operacionalização no cotidiano profissional (PAIVA; SALES, p. 210-211, 2012).

Logo depois, houve uma necessidade de revisão do Código de 1986, pois este mostrou-se limitado do ponto de vista dos anseios da categoria, porém, fortaleceu alguns valores, como a já mencionada democracia por entender que “é ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia [...]” (CFESS, p. 20, 1993) e também intensificou-se que as normatizações sejam efetivadas tanto internamente quanto nos ambientes de atuação junto ao público atendido.

Além disto, trouxe o entendimento da ontologia do ser social na sua prática, entendendo-se que é através do processo de trabalho que o ser social se difere do natural, imprimindo, através da capacidade teleológica (ou seja, de idealizar aquilo que se pretende alcançar) a instauração de uma projeção de sociedade que seja capaz de promover a igualdade sem distinção de renda, geração, raça ou qualquer outra diferença.

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social,

Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de

sociedade - aquela em que propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto [...] pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional (CFESS, p. 22, 1993).

Portanto, instituído em 03 de março de 1993, pela Resolução 273/93 do CFESS, após um extenso debate da categoria em todo território nacional, o atual Código de Ética veio trazer novos parâmetros à profissão através de atividades privativas elencadas nos artigos 4º e 5º da categoria. A atual regulamentação está contida na Lei 8662/93 e cabe ao Conselho Federal e aos Conselhos Estaduais a fiscalização das/os profissionais, dos seus locais de trabalho e o esforço de ratificar a garantia de acesso da população aos direitos sociais.

Definir os parâmetros para o exercício da/o assistente social, mostrar quais são os seus direitos e deveres, reforçar a legitimidade social que a profissão tem diante da sua atuação na viabilização das políticas sociais, expressa, não só uma renovação do aparato teórico-metodológico, mas um compromisso de como repensar e fortalecer a luta frente à qualidade e responsabilidade do que for demandado em cada área de interesse.

Logo, após a parte introdutória do Código de Ética, são explanados onze princípios fundamentais que dão norte à profissão, a saber:

Liberdade e autonomia: a plena expansão dos indivíduos, entender a realidade diferenciada para ter competência no atendimento em cada serviço; defesa intransigente dos direitos humanos, diante da atual conjuntura que segrega as demandas da classe operária; ampliação da cidadania: por garantir os direitos civis e políticos da classe trabalhadora; defesa da democracia, tendo em vista o acesso aos bens produzidos de forma igualitária a todas e todos; equidade e justiça: acesso



universal das políticas sociais; eliminação de todas as formas de preconceito, promovendo o respeito à diversidade; respeito às distintas correntes profissionais: incentivar o aprimoramento intelectual; ter compromisso com a construção de uma nova ordem societária, que rompa com a exploração do capitalismo; articular-se com diversos movimentos sociais, por entender que estes são também responsáveis pelas mudanças sociais; realizar com qualidade os serviços prestados e não discriminar e nem ser discriminada/o por questões de gênero, raça, religião.

Para uma atuação respaldada nesses onze princípios, cabe a/o profissional no espaço circundante da violência doméstica estar conectada/o aos “estudos de gênero, étnico-raciais e da diversidade sexual, insistindo na importância da transversalidade dessas categorias na mediação teórica sobre a análise das práticas que surgem das demandas no cotidiano” (Lisboa, 2014, p. 35).

Uma mulher que vai a alguma Unidade de Saúde ou por exemplo a uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, demandando um atendimento por ter sido agredida, espera uma sensibilização da equipe frente à sua situação, e para isso, respeitar a autonomia desta mulher, realizar o acolhimento com respeito e sigilo profissional, dar acesso aos direitos sociais, é se comprometer com a efetivação dos princípios, visto que,

Esse espaço de escuta é fundamental para que a mulher em situação de violência possa romper o silêncio imposto. É o tempo em que ela se sentirá segura frente a um profissional que transmite confiança, que acredita no que ela vai falar, que a respeita e a encoraja a expressar sentimentos que até então estavam guardados por medo, confusos, e que agora ela é capaz de ordenar e clarear (LISBOA, 2014, p. 49).

### 3.2- OS INSTRUMENTOS PROFISSIONAIS

O Serviço Social, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, desde suas protoformas, faz uso de técnicas para efetivar a sua prática. A

sua participação nas esferas das instituições prestadoras de serviços sociais pela regulação do Estado, tem, através das políticas sociais, um caminho que não proporciona a produção material das riquezas socialmente construídas, mas sim a reprodução social das relações em que a classe trabalhadora está inserida, dando acesso à viabilização de ações que tendem a melhorar (ou amenizar) as suas condições de vida (como educação, lazer, cultura, moradia etc.). “Trata-se, portanto, de atividades que oferecem bens e recursos complementares à sobrevivência dos trabalhadores e que atendem às necessidades de normatização e controle dos comportamentos sociais” (TRINDADE, 2001, p. 2).

Tais atividades que produzem bens materiais das que não produzem as riquezas materiais, ou seja, que compõem a mesma gama de totalidade das relações sociais, (TRINDADE, 2001) no decorrer do desenvolvimento das forças produtivas, teve, por intermédio do trabalho, como dispendido do homem e da mulher na natureza, transformando-a sob seu interesse, a criação de técnicas de sobrevivência. Tais técnicas laboradas com usos de instrumentos, vão, com o passar do tempo, se aprimorando de acordo com novas necessidades.

E, para o Serviço Social,

Quando tratamos dos instrumentos e técnicas do Serviço Social estamos transitando entre as práticas humanas que se voltam para a transformação de outras atitudes humanas, aquelas que incidem sobre as consciências. Portanto, os instrumentais que as potencializam não se caracterizam como um acervo de instrumentos e técnicas materiais. São instrumentos e técnicas elaborados e organizados por diversas disciplinas do campo das ciências sociais e utilizados por diversas práticas sociais, para modelar o comportamento humano, para racionalizar as relações [...], atendendo a diferentes interesses sociais. São instrumentos que potencializam a produção de atitudes, posturas e comportamentos adequados a estes diferentes interesses” (TRINDADE, 2001, p.6).

Guerra (2000) aponta que, dentro do exercício profissional, as ferramentas utilizadas dizem respeito não só aos instrumentos e às técnicas, mas sim a uma

capacidade específica, que é propriedade constitutiva inerente à profissão, construída e reconstruída dentro do espaço sócio histórico em que se está inserido.

Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho (GUERRA, 2000, p.2.).

Ao fazer a leitura de Trindade (2001), pode-se perceber que desde a gênese profissional, há a utilização de algumas técnicas parecidas, mas o que tem de novo é a preocupação como tais ferramentas estão sendo operacionalizadas, valendo-se disso o contexto histórico. A cada fase que a profissão atuou, o quadro instrumental sofreu modificações: visitas junto às famílias para saber suas condições; orientações com intenções morais, de higiene e de renda, entrevistas, laudos, pareceres, questionários, escuta, sínteses informativas à visita domiciliar entre outras.

Também, na fase da Ditadura Militar, como o Estado se torna burocrático, a atuação profissional assume um viés tecnocrático, já que “a requisição é por profissionais que dominem a burocracia estatal, a administração e que utilizem a pesquisa social e o planejamento como instrumentos prioritários de sua prática”. (TRINDADE, 2001, p.14). As políticas sociais adquirem um teor de culpabilização e as/os assistentes sociais são necessárias/os apenas cumprir a função de aplicar as técnicas para atender à sociedade.

Tais diferenciações passam por variados entendimentos sobre a sociedade e a profissão, tangenciando a utilização do instrumental na consecução da prática. Dessa forma, afastamos qualquer possibilidade de autonomia do instrumental, pois ele também compõe o projeto profissional, como elemento fundamentalmente necessário à objetivação das ações profissionais; assim, o instrumental é parte da direção teórico-política da prática profissional (TRINDADE, 2001, p. 6).

Com a intenção de ruptura, a qual aproximou as teorias marxistas colocando a práxis social ligada às formas de compreender o indivíduo, não de maneira isolada, mas fazendo parte de um todo, circunscrito no capitalismo que alavanca os seus direitos através da exploração, o Serviço Social repensa suas práticas e suas teorias.

Nos anos 70, o Serviço Social brasileiro consolida um outro projeto profissional sintonizado com as novas requisições postas pelo processo de modernização conservadora do Estado: O Serviço Social se moderniza e laiciza-se. No mercado de trabalho da década de 70 os assistentes sociais assumem atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução final, que já lhes eram peculiar. Com isso, novos instrumentais de intervenção passam a fazer parte do cotidiano profissional, exigindo o domínio de um arsenal técnico mais sofisticado (TRINDADE, 2001, p. 16).

Como, no decorrer do tempo, as técnicas vão mudando a partir da realidade e das configurações da questão social, os espaços sócios ocupacionais de assistentes sociais precisam de novas propostas para viabilizar o acesso às políticas públicas e aos direitos sociais.

Quanto aos instrumentos, as/os profissionais irão dar respostas concretas à realidade, pois, diante do caráter crítico e interventivo, e por se ancorar nas Ciências Humanas e Sociais, tendo por fito intervir na realidade, o que exigirá da instrumentalidade juntar os fenômenos que ocorrem no decorrer da história diante da particularidade e da singularidade, bem como realizar uma articulação entre teoria e prática, mas aceitando o caráter contraditório das relações sociais.

Saber fazer uma análise de conjuntura que vá além do que está exposto, visto que a realidade é dinâmica, impulsiona a/o profissional a perceber quais são os focos que necessitam de atenção para tornar-se espaço de luta que venha a enfrentar o que está exposto.

Nos processos de trabalho, o/a assistente social irá encarar outro fator:

mudanças que vão desde a estrutura de produção na acumulação do capital, intensificando as expressões da questão social, ao antagonismo das organizações que fazem os espaços da relativa autonomia.

Com a flexibilização da economia e a reestruturação do capitalismo no cenário regido pelo neoliberalismo, o Estado se minimiza e fecha as portas para os direitos sociais que a classe trabalhadora conquistou através das lutas. É por isso que, na atual conjuntura de ampliação dos campos de atuação, vigente neste modelo de Estado, o Serviço Social precisa ainda continuar a discussão acerca da sua instrumentalidade no trajeto profissional, pois, é através dela que há a mediação entre a formação política, ética, teórica e social circunscrita na objetivação das emancipação social. Pois, sair da zona de conforto para buscar uma capacitação continuada e a superação de práticas tecnicistas rompe com atendimentos na imediaticidade, acríticos, mecanizados e desvalorizados.

A partir do novo cenário de intervenção social (TRINDADE, 2011), cotidianamente, assistentes sociais são convocadas/os a repensar sua prática para atender à efetivação dos princípios norteadores preconizados no Código de Ética. Isto significa dizer que, instrumentais inovadores que permitam conhecer a realidade multifacetada da questão social, podem propiciar caminhos de questionamentos, efetivação de direitos e mudanças propositivas.

### 3.3- POR QUE O SERVIÇO SOCIAL USA O TEATRO COMO FIGURINO?

A Lei Maria da Penha aponta no art. 3º as condições necessárias para a vida das mulheres e, nesta acepção, encontra-se a cultura como um dos elementos centrais ao exercício pleno dos seus direitos. Também, a Constituição Federal, no Art. 23º, inciso V, determina que cabe ao Estado legislar para “proporcionar os meios de acesso à cultura” (Constituição Federal, 1988) e no Art. 215: “O Estado garantirá a

todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (CF, 1988).

Além disto, o Código de Ética do/a Assistente Social, pela Lei 8.662/93, a partir dos seus princípios de luta por uma sociedade baseada na equidade de gênero, na liberdade e contra toda forma de opressão, impulsiona este trabalho de conclusão de curso formular a seguinte questão: é possível usar o teatro, que é um elemento central da cultura, como instrumento profissional do Serviço Social para refletir, criar e modificar os conflitos existentes na vida das mulheres em situação de violência doméstica e familiar? E, se tal profissão atua na viabilização dos direitos sociais pelas políticas sociais, como reforçar através da prática operativa o que está escrito nas Leis mostrando para a sociedade civil e o Estado a importância desta utilização?

Antes de subsidiar meios para buscar essa resposta, primeiro é preciso situar o/a leitor/a do que é o teatro. “De todas as formas de expressão artística, o teatro se mostra como a arte do cotidiano, que é vivenciada a todo momento, pois interpreta a vida social em que os indivíduos estão inseridos” (SCHERER, 2013, p.87). A sua inserção como manifestação da arte, sempre acompanhou a história do Brasil como bem coloca Sgarbieiro (s/d) ao falar de duas experiências, uma sendo no Período Colonial e a outra do Centro Popular de Cultura, o CPC, situado na fase da Ditadura Militar.

Historicamente, o teatro surgiu no Brasil no século XVI, anunciando idéias político-religiosas dos colonizadores portugueses. Para isso eram utilizados elementos da cultura indígena, habitantes do Brasil naquela época. [...] O grande entrave do teatro de catequese, não é o teatro em si, mas a ideologia imposta pelo europeu para conquistar o povo indígena. O teatro foi escolhido como arma de dominação por ser um importante instrumento de transferência de informações (SGARBIEIRO, s/d, p. 2-4).

Sobre o CPC, a mesma autora explica que a ideia partiu de um grupo de jovens

estudantes e militantes da União Nacional dos Estudantes – UNE, da Universidade do Rio de Janeiro com posicionamentos políticos ligadas/os às correntes de tradição marxista, que tinha por objetivo realizar um trabalho de base no teatro com a classe trabalhadora para discutir assuntos ligados à usurpação dos direitos econômicos e civis à época, pois, o teatro é um meio que faz o ser humano refletir não só sobre a sua vida, mas também sobre o meio em que vive, e para isto, usaram o Teatro do Oprimido, de Augusto Boal<sup>6</sup> (SGARBIEIRO, s/d).

O teatro utilizado como um meio instrumental de progresso social; teatro do oprimido que seja realmente libertador e que comece por libertar o espectador da sua passividade, de sua condição de testemunha, e que o converta sem ser ativo, em protagonista do fenômeno teatral. [...] Agora, por toda a parte, vê-se que os muros estão ruindo. Por toda a parte fez-se o teatro e todo mundo o faz. Porque na luta contra a opressão devem-se usar todas as armas. O teatro e todas as demais artes também são armas. É preciso usá-las! É preciso que o povo use (BOAL, 1982, p. 9-10)

Tal arte do espetáculo vivo, sempre foi um privilégio das elites afastadas da massa, e o que se propõe é o teatro popular pela arte da libertação.

O teatro, quando não atravessado pelos interesses do capital, abre possibilidade de o indivíduo observar-se, ver-se em cena ver-se no seu cotidiano e, deste modo, ter uma visão de si mesmo e do mundo que o cerca a partir de um ângulo que normalmente lhe é oculto. O teatro dá ao indivíduo a possibilidade de desconstruir paradigmas e reformular conceitos, oferecendo-lhe uma nova maneira de intervir na sua própria realidade. Nesse sentido, a palavra 'teatro' refere-se à capacidade de os seres humanos identificarem a si mesmos em ação (SHERER apud BOAL, 2013, p. 87-89).

O Serviço Social utiliza o teatro como figurino porque, de acordo com Narciso (2012), por mais que existam limites no fazer profissional dentro da divisão social e

---

<sup>6</sup> Diretor e ator de teatro político popular que utiliza desta arte como forma de denúncia.

técnica do trabalho, quando vão além,

[...] as demandas imediatas alocadas no espaço do cotidiano, a fim de perseguir a perspectiva da totalidade pode servir a construção de possibilidades de luta e transformação social. Para isto é necessário ter a capacidade de apropriar-se de mecanismos e estratégias fundados em bases teórico-metodológicas sólidas que permitam tanto o desvelamento do cotidiano, quanto a construção e fortalecimento, a partir deste desvelamento, de sujeitos coletivos, e é precisamente esta a contribuição que as técnicas das manifestações artístico-culturais podem fornecer (NARCISO, 2012, p. 4).

Contribuindo com a perspectiva do princípio VII do Código de Ética da/o assistente social, “compromisso constante com o aprimoramento intelectual” (CFESS, 1993), e do princípio X “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993), o título, deste subitem do ato 2, traz uma provocação ao usar figurino no lugar de instrumentos, pois, propõe-se a afirmar que, abrir novos horizontes nos estudos para dar mais competência à atuação, é acreditar na importância de discutir novas técnicas e enriquecer na “apreensão e resolução das demandas postas” (NARCISO, 2012, p.1) por qualquer unidade de intervenção, pois, pensar em ferramentas que sejam concretas servirão para conscientizar o público dos que te oprimem (BOAL, 1982).

Ou seja, fazer uma articulação desta arte tendo por objetivo a emancipação humana como um instrumento profissional capaz de realizar a transformação e a despertar cenas reflexivas, pois o mesmo é utilizado de diferentes formas para expressar sentimentos, desejos, notícias, situações, realidades etc.

Narciso (2012) aponta que tais instrumentais não são um fim em si mesmos, mas os meios que servirão de caminhos e mediação para a superação de um cotidiano que seja contra hegemônico, fortalecendo lutas e, que proporcionam a criação de experimentos criadores e revolucionários.



Há de se superar o olhar endógeno do Serviço Social e trazer outras contribuições que articulem as necessidades dos sujeitos, não permanecendo em um discurso de conformidade, indo além do que está posto. O teatro pode ser a porta do que venham a ser as contestações dos sujeitos, sabendo-se que, através de suas montagens, pode-se manter ou destruir a ordem. Através do teatro, é possível perceber as expressões da questão social, pois este é uma fonte que faz a mediação através de estratégias alternativas e criativas para a construção de uma nova cidadania.

Diante de tantas linguagens que esta expressão da arte pode ter, o teatro político, baseado na teoria de Augusto Boal, tem por objetivo discutir temas da realidade, de uma maneira que faça o/a espectador/a pensar.

Trazendo esta análise para dentro de um palco, quando há uma criação cênica sobre algum espetáculo, as/os atrizes/atores passam pela fase de laboratório, ou seja, momento este em que estudam o enredo da peça. Essa peça vai se passar em um dia, horário, local específico. As pessoas vão ter características físicas, mentais, sociais, culturais, econômicas e políticas. O espaço poderá ser uma casa, uma escola, um hospital.

Após dias de ensaio, um/a ator/a que entra em cena, usará um figurino que dará sentido à personagem ali apresentada. Este figurino pode ser uma roupa social que indique status, uma roupa de bailarina, um objeto, ou algo que carregue sentido para o que se pretende abordar na peça. Dentro de um espetáculo, tudo tem um sentido e significado: o som de fundo, a iluminação cênica, cortinas, adereços, equipamentos vão compor um todo para o que o espetáculo propõe. Uma/um atriz/ator estará atento a tudo que lhe cerca, pois, assim, saberá andar no palco e atuar.

Conhecendo a realidade ali situada, é o momento de fazer parte daquele meio. Para tal, é preciso de um/a diretor/a que indique o caminho a ser seguido – como falar, como se expressar, como agir, para que lado caminhar, como ocupar os espaços

vazios em cima de um palco e como estar atentas/os ao público, não compactuando com o “dar as costas à plateia”.

Assim, após longos dias de ensaio e de decorar texto, chega a estreia. Como passar a mensagem ao público? É aí que o Serviço Social pode se apropriar do teatro, pois, na prática, a/o profissional, vai estar situada/o em uma área (seja ela a jurídica, terceiro setor, assistência etc.) que, metaforicamente, seria um palco do teatro. Ali dentro do palco, estaria o público atendido que seriam as/os atrizes/atores, dotados de sua realidade, a exemplo: mulher, negra, da periferia, empregada doméstica, mãe de três filhos. O enredo do texto leva à compreensão de que essa mulher é vítima de violência doméstica. Então, é o momento de colocar à disposição da/o assistente social o figurino adequado para instrumentalizar a sua prática e montar a personagem.

Este figurino vai ser elaborado com folha, caneta, escuta, olhar atento à realidade e a/o assistente social será como o/a diretor/ a em palco: viabilizar o caminho para a efetivação de alguma lacuna na vida da personagem. Ouvir, observar, pontuar, modificar a vida da personagem, é isso que a direção faz. A mulher que procura o Serviço Social e relata que está em um contexto de violência doméstica quer ser ouvida para que a sua vida seja modificada.

Então, o Serviço Social pode usar o teatro para conhecer a realidade através de jogos teatrais, pois a pessoa vai se expressar, pensar, criar, chorar e fazer reflexões sobre a vida. O teatro pode ser utilizado muito mais que um entretenimento, sendo como uma prática social, incentiva os sujeitos a terem uma visão mais crítica, ao construir uma cena com temas que inquietam.

#### **4 – ATO TRÊS: A CENA REFLEXIVA DO SERVIÇO SOCIAL NO PALCO COM A MULHER DO FIM DO MUNDO**

Neste último capítulo pretendo descortinar o caminho em que utilizei o teatro para instrumentalizar a prática interventiva da trajetória de atividades proposta pelas disciplinas de Estágio Supervisionado no curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, com campo de estágio situado no Sécio Jurídico, especificamente no Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher e da População LGBT. (GEDEM) – Ministério Público do Estado da Bahia.

Na primeira parte, será feita uma identificação do campo de estágio – o Ministério Público – trazendo a sua localização no tempo e no espaço com a Constituição de 1988, que promulga um novo patamar ao judiciário e a importância que o mesmo tem na sociedade. Logo após, será esboçada uma explicação breve sobre como se dá o trabalho do Serviço Social no campo jurídico, identificação da política social que ampara sua atuação; a população assistida (usuária) e as condições/ meios e instrumentos de trabalho do assistente social.

Dando prosseguimento, irei explicar como montei o Projeto de Intervenção com as assistidas do GEDEM, fazendo uma análise dos limites e possibilidades que o teatro proporcionou nesta experiência para o Serviço Social por meio desta expressão da arte. As análises qualitativas serão feitas a partir de entrevistas, que permitirão decifrar um pouco mais da realidade vivida pelas mulheres/atrizes da peça.

#### 4.1 – O ESTÁGIO NO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL EM DEFESA DA MULHER – GEDEM

Em janeiro de 2016, iniciei a minha trajetória de estágio curricular no Ministério Público do Estado da Bahia, mais especificamente, no GEDEM. Em decorrência da elaboração da atividade de caracterização institucional, proposta pela disciplina Estágio I, na graduação da UFBA, tive acesso à história deste órgão jurídico, a Lei

que ampara o trabalho do Serviço Social, o objeto profissional (a questão social expressa na violência doméstica), os quais me deram elementos concretos para a formulação do projeto que será explicado no item posterior. Agora é preciso direcionar a escrita para o significado do Ministério Público para a sociedade.

Após a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, por ter direcionado um longo marco de direitos as/os cidadãs/os, o judicial precisava adotar um posicionamento coerente às novas demandas societárias que estavam entrando em vigência no Brasil. Logo, o Ministério Público, além de se desvincular do Poder Executivo, assegurando a sua autonomia funcional e administrativa, torna-se em sua natureza jurídica, órgão de interesse da justiça, iniciando uma nova modelagem na sua atuação perante a sociedade, alicerçado na premissa de fazer a defesa dos direitos coletivos ou individuais indisponíveis, carregando como norte os art. 127 a 130 da Constituição Federal. “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (BRASIL, 1988, p. 90).

Prontamente, aqui no Estado da Bahia, “os esforços ministeriais foram centrados, nos últimos anos, em levar à população o conhecimento e a informação sobre os seus direitos, e principalmente, em como ter acesso à Justiça, através dos contatos com os Promotores”. (FARIAS, 2009, p. 33).

No livro A História do Ministério Público, Farias aponta que:

Com isso, o Ministério Público, atentando para a interpretação das normas jurídicas, a partir da normatividade garantista da Constituição da República e com suficiente sensibilidade, assume a defesa de interesses nunca antes prestigiados, mas fundamentais ao exercício da cidadania. Interesses que tocam à pessoa com deficiência, à criança ou ao adolescente, ao idoso, à mulher vítima de violência doméstica, dentre outros, tornam-se objeto de sua preocupação e deflagram a sua atuação em concreto. (FARIAS, 2009, p. 34).

O Ministério Público do Estado da Bahia, com uma sede localizada na Avenida Joana Angélica, 1.312, Nazaré, com outra sede no Centro Administrativo da Bahia, na 5ª Avenida, nº 750, 3º andar na cidade Salvador – BA, frente ao seu novo perfil previsto na Constituição de 1988, tem a incumbência de defender a ordem jurídica do regime democrático de direito, dos interesses que concernem aos sociais e individuais indisponíveis. Na sua estrutura organizacional, há os Centros de Apoio Operacional em diferentes áreas de atenção especial; nos campos criminais, o combate à criminalidade; no âmbito cível, atenta-se para as questões de paternidade responsável; faz-se também o acompanhamento de atividades do terceiro setor (fundações); atua sobre a transparência no processo eleitoral; na seara infanto-juvenil; na esfera ambiental; na defesa do consumidor; e no âmbito da cidadania, a preocupação é com a defesa dos direitos humanos pelos Núcleos e os Grupos de Atuação Especial na defesa do idoso, das mulheres, do combate à violência doméstica, da saúde pública, do patrimônio público e moralidade administrativa, as pessoas com deficiência, da educação e da discriminação. Além disso, o MP comporta também o Centro de Aperfeiçoamento e Funcional (CEAF) como forma de buscar o aprimoramento profissional e intelectual dos membros da Instituição.

Ao que concerne às atribuições do Serviço Social no Ministério Público, de acordo com o documento do CFESS, é da sua competência:

- a) Direito individual: orientação a indivíduos e famílias;
- b) Direito difuso e coletivo: avaliação de políticas públicas, avaliação de planos, orçamentos e relatórios de gestão de políticas públicas;
- c) Recursos humanos: gestão de pessoas;
- d) Assessoria institucional: assessoria aos órgãos de execução do MP, com planejamento, coordenação, implementação e avaliação de plano, programas, projetos relativos a atividades sociais;
- e) Planejamento e organização do serviço social: supervisão de estágio em serviço social (CFESS, 2014, p. 55-57).

O Serviço Social do Ministério Público do Estado da Bahia está inserido nos diversos campos de atuação da Instituição (tanto na cidadania, defesa do consumidor, violência, meio ambiente, entre outros) e o campo que atuei enquanto estagiária foi no Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher – GEDEM – localizado na rua Arquimedes Gonçalves, 142, Jardim Baiano, Nazaré, CEP 40.050- 300.

O Ministério Público do Estado da Bahia, em 2006, toma algumas medidas na defesa dos direitos humanos da mulher e cria o GEDEM a partir dos esforços de mulheres ativistas do movimento feminista, que se reuniram em comissão com o Procurador de Justiça à época, o Dr. Livaldo Brito, ocasião em que apresentaram algumas pautas relativas às violências a que as mulheres são submetidas cotidianamente. Além disso, surgiu como nome a Promotora Dr. Márcia Regina Ribeiro Teixeira para ser a Coordenadora da política de enfrentamento à violência contra a mulher. Assim, respaldados na Lei 11.340/06, em 16 de dezembro de 2006, nasceu o GEDEM, tendo a finalidade de atender não só nas ocorrências dos crimes, como também ser um órgão fiscalizador da Lei e responsável pela disseminação do conhecimento para prevenir a violência doméstica e familiar.

Atualmente, o quadro funcional dispõe de uma promotora de justiça, uma assistente social, um psicólogo, quatro apoios jurídicos e administrativos à coordenação da promotora, uma policial feminina, uma funcionária da limpeza e nove estagiárias distribuídas nas áreas citadas.

No GEDEM, o Serviço Social atua frente à política de proteção à mulher, respaldado pela Lei Maria da Penha no enfrentamento aos diversos contextos de violência doméstica e familiar, tidos como expressões da questão social. De acordo com os subsídios do CFESS sobre as atribuições profissionais no Ministério Público,

Os/as assistentes sociais são convocados a tomar parte nesses procedimentos, tanto no momento anterior à

interdição, quando o agente ministerial irá constituir um juízo de valor sobre o assunto, ou seja, na avaliação da medida em que a interdição será protetora dos direitos do/a cidadão/ã implicado/a, ou posteriormente à interdição, para avaliação do exercício da curatela (CFESS, 2014, p. 54).

O perfil das assistidas (usuárias do serviço público), é composto por mulheres com idade entre 18 e 65 anos, na sua maioria negras, de baixa renda, oriundas dos bairros periféricos de Salvador.

O trabalho da assistente social dar-se-á da seguinte forma: Na primeira parte do atendimento, acunhado de escuta, faz-se uma análise apurada dos fatos respaldados/as na Lei em vigor mencionada já neste texto, logo em seguida é feito o encaminhamento da assistida (mulher vítima de violência) aos serviços necessários que ela precisará para sua proteção, como exemplo, à Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM – para prestar queixa e solicitar um Boletim de Ocorrência e à Defensoria Pública Especializada de Atendimento à Mulher – NUDEM – para resolver Ação de Alimentos, guarda, bens patrimoniais, separação e requerer a Medida Protetiva de Urgência. Esses casos são direcionados à Vara de Violência Doméstica, onde serão julgados e conferida a determinação das medidas protetivas.

Também podem ser feitos encaminhamentos para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Casas Abrigos (quando há risco iminente sobre sua vida); Centro de Referência de Atenção à Mulher Loreta Valadares; Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); Maternidade; o Programa de Saúde da Família (PSF) e/ou as para os programas de políticas previdenciárias.

A mulher vítima de violência doméstica procura o GEDEM por demanda espontânea com finalidade de denúncia; por demanda do 180 (Secretária de Políticas para as Mulheres); Disque 100 (Disque Direitos Humanos); demanda geográfica (localização); por algum encaminhamento feito tanto intra-institucional como pela rede

externa. Mas não se restringe às políticas convergentes, tal vítima pode ser encaminhada também por hospitais, escolas, Conselho Tutelar, faculdade ou outros órgãos.

#### 4.2- NA CHUVA DE CONFETES DEIXO A MINHA DOR:

Este item começa com um trecho da música de Elza Soares<sup>7</sup> “A Mulher do fim do mundo”, porque foi a inspiração para a criação do Projeto de Intervenção o qual apliquei no GEDEM.

O Projeto intitulado “*O Serviço Social saindo das coxias e atuando em cenas reflexivas sobre a Lei Maria da Penha junto às mulheres assistidas pelo Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher (GEDEM) do Ministério Público do Estado da Bahia na cidade de Salvador-BA*” nasceu a partir da vivência direcionada pela disciplina Estágio II quando, após conhecer o campo de atuação, busquei, através de observação e pesquisas, uma lacuna a ser resolvida diante das expressões da questão social, quando ali imersa na realidade das mulheres assistidas.

A lacuna perceptível foi que a prática interventiva do Serviço Social no GEDEM precisava de um novo sentido quanto ao que se compreende sobre as histórias dessas mulheres; então, deduzi que pela arte do teatro, a partir dos jogos cênicos e interpretações de personagens, seria possível ler o mundo sob outra ótica, a fim de desvendar o cotidiano para incentivar reflexões e questionamentos acerca de como imprimir um novo sentido à vida pós traumas causados pelos danos da violência doméstica.

Destarte, de julho a dezembro de 2016, foi realizada a escrita do Projeto e a revisão. Na escrita, constou um referencial teórico para fundamentar o que era o

---

<sup>7</sup> Cantora e compositora brasileira, que ganhou o prêmio Grammy Latino de melhor álbum em 2016.



assunto da violência doméstica, o porquê da utilização do teatro para a intervenção e um cronograma de atividades com oficinas.

O cronograma, por conta do calendário de férias do judiciário, feriados nacionais, paralisações na cidade e outras circunstâncias referentes às rotinas acadêmicas, sofreu algumas modificações, e, em fevereiro de 2017, foi estruturado em: Abrindo as Cortinas: arrecadação<sup>8</sup>, através de doações, de um valor que serviu para custear o transporte e o lanche das assistidas do GEDEM que participaram das oficinas; Firmando parceria com Johsi Varjão, atriz, e Lilih Curi, cineasta<sup>9</sup>; Recebendo o elenco: convidando mulheres que participam e/ou participaram do Grupo Reflexivo neste GEDEM (Grupo de Psicologia da Faculdade Ruy Barbosa de Salvador que presta atendimento gratuito as mulheres assistidas do GEDEM visando tratamento grupal para auxiliar ); Os três atos: oficinas de teatro (09, 16 e 23 de março de 2017); o *Grand Final*: apresentação da mine peça (30 de março) e a Avaliação geral (06 de abril).

A construção da sua mulher personagem, foi inspirada na música supracitada, “*A mulher do fim do mundo*”, sendo no dia 30 de março o Diálogo dos Saberes (evento com folder no apêndice), com o *Grand Final*, apresentação da montagem de um mine espetáculo chamado “*Na chuva de confetes deixo a minha dor*”<sup>10</sup>.

Esta escolha da música não ocorreu por acaso. Quando uma mulher busca o suporte do GEDEM para denunciar alguma violência sofrida, é possível associar o seu relato com a letra “*Maria de Vila Matilde*” de Elza Soares do mesmo álbum musical. Na letra, a mulher diz que vai ligar para o 180, número referente à Central de

---

<sup>8</sup> Ajuda de custos para implementar o projeto, uma vez que o Ministério Público que deve obediência aos requisitos processuais administrativos dos recursos públicos, não foi possível, especialmente pelo momento de crise econômica do País e de recomendações de racionalização da coisa pública, a disponibilidade de recurso financeiro para viabilizar o projeto.

<sup>9</sup> Ambas são do Segredo Filmes e procuraram o GEDEM visando uma pesquisa de coleta de dados para a produção de um documentário com mulheres negras vítimas de violência doméstica.

<sup>10</sup> Trecho da música de Elza Soares

Atendimento à Mulher de Secretaria de Políticas Para as Mulheres, pretendendo denunciar a agressão a qual vem sendo submetida.

Então, pós denúncia e agilização dos tramites processuais referentes a sua proteção, o esperado é a superação dos traumas de uma maneira que a permita viver bem.

Neste caso, quando Elza canta *A mulher do fim do Mundo*, na parte “*meu choro não é nada além de carnaval, é lágrima de samba na ponta dos pés [...] na chuva de confetes deixo a minha dor*” infere-se que chega de falar de violência! Basta de relações abusivas! E se os confetes como símbolo do que é colorido for preciso jogar para conseguir a sua liberdade, o teatro pode ser este meio junto ao Serviço Social promovendo outros olhares a situação de violência doméstica, bem como amenizando os conflitos existentes na vida das mulheres em decorrências dos agravos que as agressões lhes causam.

Por tal, desejei utilizar o teatro como um meio de instrumento ao Serviço Social para promover outros olhares frente à situação de violência doméstica, bem como, amenizar os conflitos existentes na vida das mulheres em decorrência dos agravos que as agressões lhes causam.

Scherer diz,

[...] o teatro pode ser articulado para essa transformação cultural, uma vez que pode contribuir para os indivíduos repensarem a sua condição de modo crítico e, assim, possam participar de lutas contra-hegemônicas. Nesta perspectiva, não se atribui um caráter messiânico ao teatro, mas consideram-se as possibilidades contidas nesta forma de arte, no enfrentamento à hegemonia dominante, na construção de uma nova cultura que responda aos interesses das classes subalternas (SCHERER, 2013, p. 89).

#### 4.3- QUEBRANDO A QUARTA PAREDE DO ESPETÁCULO: O DIÁLOGO DA ESTAGIÁRIA COM AS ASSISTIDAS – ANÁLISES QUALITATIVAS:

No teatro, ao quebrar a quarta parede, as/os atrizes/atores vão dialogar com o público para que ocorra uma troca de saberes e/ou buscar ajuda para a continuação do espetáculo. Neste tópico, usei tal metáfora para subsidiar explicações a respeito do tipo de metodologia usada para a realização das análises qualitativas.

A pesquisa, de caráter exploratório com abordagem qualitativa, se desencadeou a partir da técnica de História Oral. Para coletar os dados, foi solicitada autorização ao Ministério Público, às assistidas e à professora de teatro. Em todas as oficinas, foram anotadas as falas das assistidas nas cenas improvisadas no que tange às dinâmicas, pelo uso do instrumental da observação participante com os registros em Diário de Campo. Depois montou-se uma entrevista semiestruturada gravada com perguntas específicas para a avaliação da proposta deste trabalho, bem como para mostrar o perfil das mulheres a partir da escolaridade, raça autodeclarada, renda.

Desenvolver uma pesquisa participante possibilita uma maior aproximação com os sujeitos, protagonistas da pesquisa, podendo, assim, vivenciar e construir com os próprios participantes o conhecimento científico, alcançando dados que permitem trazer à tona a realidade que é vivenciada no cotidiano (SCHERER, 2013, p. 94).

No 1º dia (09/03/17), antes de começar a oficina de teatro, a dinâmica começou com as perguntas: quem sou eu? Por qual motivo estou aqui? Quais são as minhas expectativas? Depois, foi entregue um bilhete com nome de flores para que pudesse identificar as assistidas, preservando a sua identidade original. Na sequência, os jogos cênicos se configuraram em trabalhar o corpo para sentir a sua presença no espaço; trabalhar a voz para utilizá-la como um meio de expressão e o trabalho dos pensamentos para a criação de cenas. Todas as atividades serviram de modo que as assistidas fossem se desinibindo e criassem intimidade com o que estava sendo

proposto. No final era realizada uma avaliação geral, onde cada uma poderia ouvir a opinião e as críticas construtivas.

As cenas foram livres, então, notou-se que o teatro envolve todos os sentidos humanos, os sentimentos que vão desde a raiva ao amor e ouvindo cada relato, é possível conhecer a trajetória de vida, a subjetividade de cada pessoa, tanto como espectadora quanto em cena. Quando está no processo do criar, do fazer, do perceber, há um envolvimento de como se colocar, e o que foi notável é que a bagagem de vida das assistidas se expressam sempre em atos físicos ou verbais.

O objetivo não foi formar artistas profissionais, mas criar um meio que oferecesse possibilidade de ressignificar o ser mulher após os traumas. Entender como as mulheres se expressam através do teatro. Entender como elas se expressavam através do teatro, quais eram suas opiniões sobre a Lei Maria da Penha, do Estado, do machismo, mas também ouvir propostas para melhorias na rede de proteção.

#### 4.3.1- APRESENTANDO O ELENCO

Ao conhecer o elenco no primeiro dia da oficina, foi possível traçar um perfil de cada mulher presente: auto declaradas como negras, pardas; com grau de instrução entre ensino médio e superior completo; profissão de policial, auxiliar de odontologia, auxiliar de serviços gerais, professora e desempregadas; residentes dos bairros periféricos de Salvador; faixa etária entre 30 a 60 anos. Depois, foi entregue um bilhete com nome de flores que pudesse identificar as assistidas, preservando a sua identidade original.

Foram convidadas seis assistidas, porém, só quatro assistidas que participaram no mês de março. Tulipa e Orquídea não foram entrevistadas, contudo, tiveram contribuições significativas no processo da montagem da peça pois as falas delas são

reflexo de todo um contexto que viola os seus direitos de vida. As outras duas entrevistadas foram Gloriosa e Violeta. Já Rosa e Girassol, duas assistidas do GEDEM que fazem parte do Grupo Reflexivo, foram assistir à apresentação da mini peça (no dia 30 de março), gostaram da proposta do teatro e começaram a participar das oficinas. Até o mês de março, acreditava-se que as oficinas seriam encerradas com a apresentação, contudo, foi solicitado pela coordenação do GEDEM, através da promotora Dra. Lívia, que continuasse ocorrendo o teatro, e, desde então, foi consolidado o Teatro do GEDEM (release em apêndice), possibilitando, assim, que novas mulheres ingressem na arte de interpretar.

Uma atividade que merece destaque foi uma parte da aula teatral em que a lua foi apagada e colocada uma música. Compreende-se a luz como sinônimo que leva a capacidade de visão, pois permite às pessoas enxergarem aquilo que está ao seu redor e, na sua ausência, é preciso estimular os outros sentidos, como a audição, que materializa o que está sendo dito ao levar ao cérebro a projeção de pensamentos e ações. A música foi *“a mulher do fim do mundo”* e o objetivo era que as “atrizes” pudessem já pensar como seria a mulher personagem que daria vida ao enredo da mini peça.

Para Narciso,

A música tem aqui o direcionamento a canções que expressem sentimentos, vivências e pontos de vista, que promovam uma atitude estética, ética e ideológica de cantar aos gritos o que está sendo escondido, num trabalho de sintonizar os indivíduos a sua realidade, tornando-os mais sensíveis a questões de seu tempo, ou ainda, as suas próprias questões humanas (NARCISO, p. 10-11, 2012).

A utilização de música nas oficinas de teatro como recurso didático e pedagógico, atua como facilitador para levar as participantes a refletirem sobre a sua realidade,

auxiliando o Serviço Social a desvendar os processos de transformação social inerentes à construção da vida social.

Quando estavam falando das suas experiências, houve depoimentos que se caracterizavam em violências que são tipificadas na Lei 11.340/06. Passaram a ser publicizadas e permitiram compor as seguintes modalidades: divisão patrimonial, ameaça, coerção, injúria, violação da liberdade, violência sexual, perseguição, humilhações, estendendo-se, inclusive, aos/as filhos/as com a reprodução de comportamentos machistas. E também como a violência é assimilada pelos filhos em seus relacionamentos, conforme verbalizam as mulheres:

*Sofri todo tipo de violência. Eu não podia me arrumar. Quatro anos e meio sofrendo, sendo usada de todas as formas. Minha filha de 9 anos precisa de psicólogo porque ela diz 'Deus me livre de querer um marido pois eu vou querer passar batom e ele não vai deixar'. Ela viu o que eu passei. Ano passado eu consegui me livrar dele por conta da Lei Maria da Penha. Andava com medo mas hoje não posso me privar das coisas. Estou arcando com tudo sozinha. Ele não acreditava mas eu que estou pagando tudo. Eu não sabia o que era ser mulher. Se ele não deixa usar batom, é agressão. Hoje eu tô aqui mais para ajudar. A gente fica mais forte. Se eu relatar aqui tudo que eu vivi, as mulheres vão chorar. Nós estamos aqui porque já tivemos uma faca na cabeça. Hoje eu me vejo para ajudar outras mulheres enquanto eu estiver viva. Ele só quer bens materiais, eu quero paz. Aqui é a única porta que a gente se sente segura. Acredito que o teatro pode me ajudar sim... e a tirar a timidez. As pessoas sabem que a gente muda. Hoje saio arrumada para o trabalho. (Orquídea)*

*Vivia numa vida de escravidão. Violência até sexual. Quando a gente gosta, a gente vai suportando. Meus filhos presenciavam e iam para a frente. Eu não queria mais nada com ele. Ele me violentava e eu engravidei. Ele me dizia que ninguém ia me querer com 4 filhos. Quando os homens [policiais] vinham pegar ele, o cunhando [policia] liberava. Teve um dia que eu acordei para a vida e arrumei um trabalho e ele ficou pior. Precisei sair de casa para meus filhos e minhas filhas não passarem por isso. Meu filho de 14 anos faz a mesma com a namorada. Passei por aqui [GEDEM] e me deram força para viver mais. Parecia que eu estava com tampão e [depois] percebi outras*

*coisas. Falei para ele sair de casa, ele não saiu. Eu saí. Peguei as minhas coisas e de minhas filhas, comprei coisas e saí. Mesmo com a Medida Protetiva de Urgência, ele me procura me ameaçando. Graças a esse lugar eu despertei. Hoje eu tenho liberdade. Vai ser muito bom para mim conhecer mais pessoas. A arte pode ser muito bom (Tulipa)*

Conforme pondera Lisboa (2014), embora as evidências mostrem dados que se tornam públicos através de registros, as violências cotidianas que acontecem entre “quatro paredes”, no espaço doméstico e na família, nos espaços de trabalho, de estudo, nos consultórios e nas ruas há uma tendência de serem envoltas em silêncio ou permanecerem invisíveis. Grande parte da sociedade considera a violência de gênero algo natural, culpabiliza a mulher pela situação de violência e só demonstra interesse quando os fatos se tornam manchetes de jornais ou crônicas policiais. Portanto, é tarefa para as/os profissionais de Serviço Social tanto explicitar as várias modalidades de violência, como torná-las visíveis e propor políticas públicas para o seu enfrentamento (LISBOA, p. 37, 2014).

O teatro envolve todos os sentidos humanos, os sentimentos que vão desde a raiva ao amor na criação de uma personagem, é uma forma de notar os sentidos e significados das aflições, dos desejos e de demandas que precisam ser enfrentadas e problematizadas. Ouvindo cada relato, é possível conhecer um pouco a trajetória de vida, da subjetividade de cada pessoa, tanto como espectadora quanto em cena. Quando está no processo do criar, do perceber, há um envolvimento de como se colocar, e o que foi notável é que as atrizes faziam um paralelo com a sua realidade, ou seja, com as experiências de violência a qual foram submetidas.

Para Scherer,

Muitas vezes a violência reproduzida na cena, que é externalizada através da arte, como um canal de vocalização, é um retrato das mais diversas violências vivenciadas [...] por muitas mulheres em uma sociedade dominada por um paradigma machista, no qual a mulher, muitas vezes, é vista como objeto de posse do homem na relação conjugal

(SCHERER, p. 102, 2013).

No final era realizado uma avaliação geral, em que cada uma poderia ouvir a opinião e as críticas construtivas.

*[...] saí de dentro do baú. Não perco mais aqui [as oficinas]. Essa mulher personagem poderia ser triste mas agora não é. Que bom que eu estou aqui. Tulipa, a explosiva. Ser mulher independente; uma mulher explosiva. Amei as coisas que aprendi aqui. Fiz todas as atividades com minhas filhas. Eu gostei da semana passada, por isso que eu vim [de novo] (Tulipa)*

Com esta atividade, foi possível ouvir frases soltas nas improvisações, as quais permitiram a criação (no apêndice) da peça de teatro. O enredo consistiu em um desfile com a música de Larissa Luz, *O meu sexo*: música que traz o poder e a força da mulher sendo a dona da sua própria vida; cena dois: o canto da Violeta: paródia com o nome *Na chuva da Justiça deixo a minha dor*; cena do espelho: técnica teatral que consiste em ficar na frente da outra participante emoldurando-a a partir de falas; A vizinha da janela: a personagem que descobre a sua independência financeira e passa a ser a mulher da casa como a própria realidade de Tulipa e Orquídea ao dizerem: *“[...] agora uso salto, batom... me tornei independente [...] homem da casa não, eu virei a mulher da casa”*; escultora x escultura: recriando uma mulher inspirada na fala de Violeta *“eu queria ter encontrado uma mulher retada pra me pegar pelo braço e dizer: “bora! Hoje eu sou essa mulher”*; Vila Matilde no palanque; na chuva de confetes deixo a minha dor: encerrando com frases coletadas também nas oficinas, Gloriosa: *“hoje, em uma relação, não me preocupo em dar o BASTA, prefiro sair à francesa”*.

Conforme explica Boal:

A alfabetização teatral é necessária porque é uma forma de comunicação muito poderosa e útil nas transformações sociais. Há que aprender a ler. Há que lutar pelos nossos direitos, há que



utilizar todas as formas possíveis para promover a libertação (BOAL, 1982, p. 17).

Um questionário foi elaborado com perguntas específicas sobre o teatro e a Lei Maria da Penha, foram entrevistadas quatro participantes. Indagadas se haviam feito e/ ou frequentam o teatro, três responderam que nunca tinha feito e uma respondeu que frequenta teatro, ou seja, são mulheres de classe popular que não têm acesso aos bens culturais da cidade, a lazer e a entretenimento. Mas quando questionadas sobre o significado do teatro, definem da seguinte forma:

*[o teatro é] bastante inovador. Nunca vivencie algo assim. O teatro me possibilita trabalhar com esse turbilhão de coisas que está aqui guardado. Todo esse movimento de mudança, de dor, de mágoa, vai ajudar a mim e as minhas colegas a transformar isso em arte e poder ajudar outras mulheres irmãs. Cada pessoa tem o seu universo e experiência. Hoje a gente tem que ter muito cuidado com as pessoas que a gente se relaciona. (Gloriosa)*

*O teatro para mim hoje tá sendo uma terapia. Eu me identifiquei com o teatro porque sou um pouco tímida. Acho que é um momento de você relaxar, botar o que você sente para fora. Você tá representando uma coisa ali que pode ser você mesmo ou até outra pessoa, entendeu? Pegar um personagem pra representar, eu achei isso excelente e estou gostando. (Girassol)*

Seus depoimentos demonstram a importância do teatro, mesmo que não o frequentem, entendem a importância desta arte como uma representação da vida social. Já aquela que costuma frequentar o teatro, traz a seguinte visão:

*O teatro para mim é um ambiente de descontração, de mudança de comportamento, você pode mudar de comportamento com algumas atividades que são feitas. Um lugar para você extravasar, para você se divertir. (Violeta)*

Foi importante saber o motivo que as levou a desejar fazer as oficinas de teatro. Conforme afirmaram:

*Teatro. Sempre tive vontade de representar. Será que no Teatro eu vou conseguir me libertar sobre o que eu estou vivendo? O Teatro*

*pode me fazer sentir coragem? Eu creio que vou levar alguma coisa boa daqui. Essa mulher personagem vai ajudar muitas mulheres. Se eu tenho um sonho de me livrar da violência doméstica, eu pago por ele. Posso perder meu tempo, mas ganho minha liberdade. Gostei muito da aula de teatro. Usar o teatro para transparecer alegria ainda que eu esteja triste. Quero representar a alegria através do teatro. Na chuva da justiça deixo a minha dor. (Violeta)*

*Distrair a mente. (Rosa)*

*Eu nem sabia que tinha essa oficina de teatro aqui, no dia que fez a apresentação aqui pela primeira vez, foi que eu assisti e fiquei emocionada e resolvi que eu queria fazer teatro. E sinto falta quando não tô aqui, fico numa ansiedade. Me sinto bem. (Girassol)*

Todo enredo da peça, como já pontuado, foi criado a partir das cenas improvisadas e falas soltas, então, o elenco respondeu que, ao interpretar uma personagem diferente da realidade individual, mas criada por elas, o teatro mudou sua vida da seguinte forma:

*A repensar. Teve histórias que não fazia parte da minha realidade, e por exemplo. Outras situações aconteceram e me fizeram pensar e refletir nas palavras que eu falo para as pessoas. A intenção do teatro é fazer a gente refletir das coisas que acontecem na nossa vida, eu imagino que seja isso. (Violeta)*

*Levanta até minha autoestima quando ela [a professora de teatro] me dar esse poder de criar um personagem e representar ele, sabe? Aí me faz perceber que eu tenho possibilidade de fazer alguma coisa, de criar alguma coisa, ou até mesmo de acreditar mais em mim. (Girassol)*

Essas discussões e a oficina contribuíram para que as mulheres verbalizassem sobre a violência como também oferecessem uma compreensão acerca dos seus conhecimentos sobre a Lei Maria da Penha. No artigo 3º da referida Lei, diz que uma das condições para o exercício efetivo dos direitos à vida da mulher, é promover o acesso à cultura e ao lazer, e, duas participantes do elenco afirmaram conhecer este artigo por já terem tido contato com a leitura da 11.340. Complementando a pergunta, foi indagado para as assistidas se o teatro pode ser um caminho para amenizar as

dores da violência doméstica:

*Pode, e como.* (Rosa)

*Acredito muito. A gente acaba refletindo um pouco da nossa história e ouvindo através do teatro as outras pessoas que estão próximas da gente, a gente reflete sobre a história dos outros, a nossa própria história de que forma a gente pode melhorar a situação que a gente tá vivendo.* (Violeta)

*A minha sim, com certeza.* (Girassol)

*Sim. Teatro ou qualquer outra atividade cultural.* (Gloriosa)

Por fim, salientaram que o Estado precisa ser o responsável para prover os meios, o acesso e a efetivação de espaços que promovam a garantia de uma Política Pública voltada à cultura para a mulher em situação de violência doméstica e familiar, que contribua para o fortalecimento da autoestima das mulheres, conforme reforça Girassol: *Deveria ter muito mais apoio do governo pra ajudar as mulheres a levantar a autoestima da mulher.*

Tal Política Pública usará as manifestações da arte (como o teatro, a música, a dança, o cinema etc.) para promover espaços de empoderamento, reflexão, criação e motivação à mulher em situação de violência. Para isto, se faz oportuna a preocupação do Estado em cumprir o que está previsto no artigo 3º da Lei Maria da Penha, bem como os artigos 23, Inciso V e o 215 da Constituição Federal, os quais afirmam garantir o incentivo, divulgação e acesso às manifestações culturais como meios de alcançar a cidadania. E, no contexto da violência doméstica, limitar as resoluções dos conflitos em jurisdição, saúde, educação e assistência, é não estarem atentas/os às outras necessidades que as mulheres precisam para sua emancipação.

Pois, acessar os bens culturais é dar continuidade ao modelo de país que se compromete em erradicar e prevenir as expressões latentes da questão social, uma vez que, como diz a música dos Titãs: *“a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”*.

Com a continuidade das atividades, já ocorreram oficinas de dança do ventre, práticas teatrais para construir outro enredo, convite para apresentação na DEAM de Periperi, na Promotoria de Brumado e no mês da Consciência Negra, no Ministério Público da sede de Salvador.

## **V - FECHANDO AS CORTINAS: APONTAMENTOS CONCLUSIVOS**

Neste trabalho foi possível discorrer sobre a temática da violência doméstica e familiar vivenciada pelas mulheres a partir de um viés histórico, de luta do movimento feminista e sobre como o Estado se responsabiliza na criação de mecanismos legais de proteção, combate e erradicação da violência.

Ao traçar explicações sobre a inserção da categoria gênero dentro do Serviço Social, do Código de Ética Profissional e da instrumentalidade, o objetivo era comprovar que, por ser uma profissão crítica e comprometida com a equidade e a eliminação de todas as formas de opressão, seria possível repaginar a prática através de oficinas teatrais.

As oficinas permitiram conhecer mais a realidade das assistidas do GEDEM, mostrando em suas falas que o dano emocional não cicatrizava apenas com os deferimentos das medidas protetivas ou resoluções de ações cíveis nas Varas de Família; era preciso explanar a sua dor, suas vontades e inquietações de uma forma que a outra pessoa entendesse. E o teatro, com suas atividades voltadas ao trabalho do corpo, da memória, da voz e das expressões, permitiu este objetivo.

O teatro se mostrou um instrumento importante ao Serviço Social, porém, existiu um fator que dificultou o processo da pesquisa, a falta de transporte das mulheres para o descolamento nas oficinas, em virtude de serem mulheres de baixa

renda, o que resultou em algumas ausências.

Com a entrevista foi possível compreender o olhar das assistidas em relação ao teatro como manifestação cultural e também da Lei Maria da Penha, mostrando que o Estado ainda precisa criar mecanismos que promovam o acesso à leitura deste instrumento legal bem como oportunizar o acesso aos espaços culturais.

Também, tendo como resultado da pesquisa, o que foi observado é que nas falas entre os jogos cênicos, foi possível constatar que a Rede de Proteção à mulher ainda se encontra bem precarizada, pois, a violência institucional faz com que a vítima desista de procurar os seus direitos.

Por fim, é importante salientar que tal estudo não se finalizará aqui; é preciso ainda promover mais discussões a respeito da instrumentalidade do Serviço Social a partir de uma perspectiva que traga o público atendido para construir outros espaços de saberes no enfrentamento às expressões da questão social. Além disso, por ser uma forma promissora de conhecer e construir a realidade, o teatro é apenas uma estrada que pode consolidar a construção de uma nova sociedade mais justa, pois, ao mesmo tempo que mantém a ordem, ele pode destruí-la.

Cortinas se fecham, luzes se apagam, o público levanta, mas o espetáculo há de continuar em outros espaços e tempos. Obrigada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Antonio Geraldo de. SERVIÇO SOCIAL E FILOSOFIA DAS ORIGENS A ARAXÁ. São Paulo: Cortez Editora, 1995

BOAL, AUGUSTO. 200 exercícios e jogos para ator e não ator com vontade de dizer algo através do teatro. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1982

BANDEIRA, Maria Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922014000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008)>. Acesso em: 04 mai. 2017

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/111340.htm)> Acesso em: 12 fev. 2017

BRASIL. **Constituição Federal de 1988** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2017

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social Lei 8662/93**. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 04 mai. 2017

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social -. **Atuação de assistente sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão**. 2014. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidijs\\_sociojuridico2014.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidijs_sociojuridico2014.pdf)>. P. 52 a 60. Acesso em: 23 fev. 2017

COSTA, Ana Alice Alcantara. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: DINÂMICAS DE UMA INTERVENÇÃO POLÍTICA. Disponível em: < <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>>. Acesso: 01 jun. 2017

DIAS, Maria Berenice. A mulher no Código Civil. Disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18\\_-\\_a\\_mulher\\_no\\_codigo\\_civil.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18_-_a_mulher_no_codigo_civil.pdf). Acesso: 01 jun. 2017

FAURY, Mirian. Estudando as questões de gênero em serviço social, v. 14. N. 1(40). Disponível em: < <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/40-dossie-faurym.pdf>>. Acesso: 05 jul. 2017

FARIAS, Cristiano Chaves. A História do Ministério Público do Estado da Bahia, 1609-2009.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas de “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/213385938/Texto-4>>. Acesso: 05 jul. 2017

GUERRA, Yolanda. **A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**. Disponível em: < <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>>. Acesso: 10 jul. 2017

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 25 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

LIMA, Rita de Lourdes de. **Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações.** Serviço Social & Sociedade, [s.l.], n. 117, p.45-68, mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n117/04.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2017

LISBOA, Teresa Kleba. **Violência de gênero, Políticas Públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social Temporalis**, Brasília, v. 1, n. 27, p.33-56, jan. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6543/5839>>. Acesso em: 11 mar. 2017

MARX, Karl. O CAPITAL. 30 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

MACEDO, Márcia S; SANDENBERG, Cecília M.B. **RELAÇÕES DE GÊNERO: uma breve introdução ao tema.** Disponível em: <[http://s3-eu-west-1.amazonaws.com/pathwaysofempowerment-org-staging/downloads/relacoes\\_de\\_genero\\_original8c2f8f22f39c91a409ebc360730a91b6.pdf](http://s3-eu-west-1.amazonaws.com/pathwaysofempowerment-org-staging/downloads/relacoes_de_genero_original8c2f8f22f39c91a409ebc360730a91b6.pdf)>. Acesso: 01 jun. 2017

NARCISO, Elaine Cristina. Serviço Social, movimentos sociais e arte: uma proposta para a afirmação do projeto ético-político da profissão. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sst/n8/12.pdf>>. Acesso: 15 jun. 2017

NETTO, José Paulo. **DITADURA E SERVIÇO SOCIAL: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 1964.** 16 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política uma introdução crítica.** São Paulo: 8 ed. Cortez Editora, 2011.

PASINATO, Wânia. **Avanços e obstáculos na implantação da LEI 11.340/2006.** Disponível em: <[http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/17\\_avancos-e-obstaculos.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/17_avancos-e-obstaculos.pdf)>. Acesso em: 06 de jun. 2017

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinario. **A NOVA ÉTICA PROFISSIONAL: PRÁXIS E PRINCÍPIOS. SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA** convite a uma nova práxis. São Paulo: 13 ed. Cortez Editora, 2012.



PINTO, Céli Regina Jardim. **FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017

SAFFIOT, Heleieth I.b.. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2017

SALEH, Sheila Martignago; SOUZA, Juliana Machado de. **MEDIDAS PROTETIVAS CÍVEIS DA LEI 11.340/06 E SUA APRECIÇÃO JUDICIAL**. Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Univali, Itajaí, v. 7, n. 1, p.350-377, quadrimestre de 2012. Acesso em: 12 mar. 2017

SCHERER, Giovane Antonio. **SERVIÇO SOCIAL E ARTE**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

SGARBIEIRO, Márcia. O Teatro Como Meio Para a Reflexão em Projetos Sociais: uma Análise da Oficina de Teatro no Cepas. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/271519106/11-Teatro>>. Acesso em: 15 de jul 2017

TAVARES, Márcia Santana; DELGADO, Josimara Aparecida. **DIGRESSÕES PARA DECIFRAR E TRANSVERSALIZAR O GÊNERO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais**. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/65N06Bp3L00el373q8j6.pdf>>. Acesso: 10 jul. 2017

**ANEXOS**

## DIÁLOGO DE SABERES:

A academia vai ao Ministério Público

O Ministério Público articula com a comunidade acadêmica e com a sociedade civil uma política de discussão, reflexão e troca de experiências na tentativa de compreender por outras lentes a complexidade dos fenômenos que impactam o sistema de justiça e a atuação ministerial. Para isso realiza uma troca de saberes acadêmicos e populares para a produção de conhecimentos interdisciplinares que favoreçam a nossa praxis Institucional na área de enfrentamento à violência de gênero.

### TEMA: Emoções não se escolhem

Palestrantes: **Carmefran Viana Teixeira**

Psicóloga  
Coordenadora do Projeto "Mulheres em transformação: ampliando horizontes da Família".

**Luana Lima**

Psicóloga

**Priscila Bastos**

Psicóloga

**Maria Rosa Assis**

Psicóloga

**Tânia Silva Rodrigues**

Psicóloga

Encerramento: TEATRO com as Assistidas do GEDEM.  
Apresentação da minipeça: **"Na chuva de confetes deixo a minha dor"**.

Gabriela de Gardênia  
ESTAGIÁRIA DE SERVIÇO SOCIAL - GEDEM

30 de março de 2017

9h às 12h

GEDEM

Rua Arquimedes Gonçalves, n. 142º  
Jardim Baiano - Salvador - BA.



Aperfeiçoamento  
Funcional



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA



**ROTEIROS DE ENTREVISTAS:**

Já tinha feito alguma atividade de teatro antes do GEDEM?

SIM ( ) NÃO ( )

Costuma ir ao teatro?

SIM ( ) NÃO ( )

O que é o teatro para você?

Por que você resolveu fazer a oficina de teatro? Quais eram os seus objetivos?

Ao interpretar uma personagem diferente da sua realidade, mas criada por você, o que o teatro mudou na sua vida?

Já leu a Lei Maria da Penha?

SIM ( ) NÃO ( )

Você sabia que no artigo 3º da Lei Maria da Penha diz que uma das condições para o exercício efetivo dos direitos à vida da mulher, é dar acesso à cultura e ao lazer?

SIM ( ) NÃO ( )

Com isso, você acredita que o teatro pode ser um caminho para amenizar as dores da Violência doméstica?

Você acredita que tem que a responsabilidade do Estado promover alguma política pública ligada a cultura para a mulher em situação de violência doméstica e familiar?

## CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Salvador, xx de xxxx de 2017

Destinatária,

Eu:

Estado civil:

RG:

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada e/ou digitada para Gabriela de Gardênia Oliveira Mendonça, discente da Universidade Federal da Bahia e estagiária do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher do Ministério Público do Estado da Bahia, visando usá-las integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data para o seu Trabalho de Conclusão de Curso.

---

Assinatura da Depoente